

ROGÉRIO ROSA RODRIGUES

OS SERTÕES CATARINENSES

**Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do
Contestado**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

OS SERTÕES CATARINENSES

**Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do
Contestado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Mestre em História Cultural, sob a orientação do Professor Dr. Sérgio Schmitz.

ROGÉRIO ROSA RODRIGUES

Florianópolis

2001

Dedico este trabalho aos meus familiares, principalmente minha vó Ninila, minha mãe Ruty, meus irmãos Flávio, Júnio e Rosiane e ao mais recente integrante desta família concebido enquanto me dedicava a esta criação: meu sobrinho Henrique.

Clamando...

Bárbaros vãos, dementes e terríveis
Bonzos tremendo de ferrenho aspecto,
Ah! Deste ser todo o clarão secreto
Jamais pôde inflamar-vos, Impassíveis!

Tantas guerras bizarras e incoercíveis
No tempo e tanto, tanto imenso afeto,
São para vós menos que um verme e inseto
Na corrente vital pouco sensíveis.

No entanto nessas guerras mais bizarras
De sol, clarins e rútilas fanfarras,
Nessas radiantes e profundas guerras...

As minhas carnes se dilaceraram
E vão, das Ilusões que flamejaram,
Com o próprio sangue fecundando as
terras...

Cruz e Sousa, *Broquéis*.

OS SERTÕES CATARINENSES

Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na guerra do Contestado

ROGÉRIO ROSA RODRIGUES

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de **MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Schmitz – Orientador (HST/UFSC)

Prof^ª. Dr^ª Rosangela Miranda Cherem (HST/UEDESC)

Prof. Msc. Paulo Pinheiro Machado (HST/UFSC)

Prof^ª. Dr^ª Cristina Scheibe Wolff – Suplente – (HST/UFSC)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2001.

SUMÁRIO

RESUMO	Pg. 07
ABSTRACT	08
AGRADECIMENTO	09
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - PAIXÕES	
1- Artes e Ofícios	16
2- Os Clarins da Violência	29
CAPÍTULO II – POSSIBILIDADES	
1- O Problema do Sertão	47
2- Preparando o Campo	60
3- O Canteiro e as Sementes	67
CAPÍTULO III – CAOS	
1- Rumo ao <i>Front</i>	78
2- Cenas da Guerra	94
3- Os Refrescamentos	102
4- A Morte Invade os Sertões	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
FONTES	110
BIBLIOGRAFIA	112

RESUMO

Esse trabalho busca analisar as ambigüidades que permearam a atuação do exército brasileiro na Guerra do Contestado. Tendo como palco os sertões de Santa Catarina entre os anos de 1912 a 1916, esse conflito figura como uma das grandes experiências de luta contra a dominação e opressão submetidas ao povo brasileiro. Bastante analisada por pesquisadores das mais diversas áreas a Guerra do Contestado tem despertado discussões que envolvem os aspectos religiosos e a mística sertaneja. Diferente de boa parte das análises, essa discussão tem como ponto de partida pensar o papel do exército em sua campanha contra os sertanejos, destacando o contexto sócio-político que circulou e incentivou a atuação dessa instituição na guerra; as possibilidades que permearam as estratégias e investidas militares no *front* bem como os conflitos internos que povoaram as consideradas forças legais no seu cotidiano. O objetivo desse trabalho é o de questionar o papel quase que supra-humano atribuído ao exército ao considera-lo apenas uma força que cumpriu a tarefa de pacificar a região contra o banditismo e fanatismo. Nesse sentido almeja explorar as contradições vivenciadas pelos militares, construindo uma visão menos idealizada e, portanto, conflituosa de sua experiência nos sertões catarinenses.

ABSTRACT

This work aims to analyze the ambiguities which took place in the Brazilian Army performance during the War of “Contestado”. Having as scenery catarinense uplands between the years of 1912 a 1916, this conflict stands as one of the great experiences of struggle against dominance and oppression on the Brazilian people. The conflict has been analyzed by researchers from different areas and has raised many discussions which involve religious and mystical aspects of the region. Different from many of the analysis done so far, this discussion has as a starting point the role of the army in its campaign against the “sertanejos”, enhancing the socio-political context which circulated and motivated the this institution’s performance in the war; the possibilities that made part of the strategies and military actions in the front as well as the internal conflicts which took place the considered legal forces in their daily lives. The objective of this work is question the role almost supra-human attributed to the army and consider it only as a force which fulfilled its task of pacifying the region against outlaws and fanaticism. In this sense, it wishes to explore the contradictions lived by the militaries, building a much less idealized vision and therefore conflicting of its experience in the catarinenses uplands.

AGRADECIMENTOS

A lista de amigos com digitais impressas nesse trabalho é infinita. A eles devo as questões formuladas e a lição de não ser intransigente e absoluto nas minhas formulações. São eles a prova de que a amizade vale ser vivida intensamente e de que o conhecimento caminha junto da humildade.

Agradeço inicialmente ao meu orientador Dr^o. Sérgio Schmitz e aos professores membros da banca que acompanharam a elaboração desse trabalho: Professora Dr^a. Rosangela Miranda Cherem e Professor Paulo Pinheiro Machado. A esses profissionais devo as inúmeras contribuições que me fizeram amadurecer intelectual e pessoalmente. Mais que neste texto, suas impressões estão marcadas na minha formação através do exemplo de competência, de paixão e de sensibilidade com que lidam com o ofício de historiador. Também à Professora Dr^a Cristina Sheibe Wolf pela simpatia e engajamento que permeia sua atuação profissional.

Agradeço ao casal João e Odete pelo abrigo e confiança dispensados nos exatos 24 meses de elaboração desse “filho”. Ao Glaucon pelo bate-papo ao telefone nas madrugadas de angústia. Ao Moysés pela hospedagem no momento de transição que estou vivenciando atualmente. À Conceição e Sérgio pelo prazer da presença amiga. À Denise, Tina e Adriano pelos encontros entremeados de muita comida e maior descontração. Ao Tony e ao Mauricio pela divertidíssima prova de amizade. À Silvinha pelo jeito direto e sincero de se relacionar com o trabalho e com os amigos. À Cristina Gomes pela confiança que sempre inspirou e pela paciência na leitura dos rascunhos desse texto.

De forma especial às amigas Karlinha e Lucésia, também personificadas nas lindas: Sofia e Laura e mais recentemente a Helena. A essas amigas minha dívida, meu carinho e meu amor não têm tradução.

Por fim a todos os familiares, amigos e professores não citados mas certamente presentes na minha formação profissional.

INTRODUÇÃO

Akira Kurosawa num filme produzido em 1951 buscou como cenário o Japão do século XI. Nesse cenário três homens refugiavam-se nas ruínas de um antigo templo chamado Rashomon¹. Em meio à tempestade, esses personagens – um lenhador, um padre e um plebeu – iniciaram um diálogo remetendo à trama do filme. Essa se desenvolve a partir do julgamento do assassinato de um samurai e o rapto de sua esposa. Com o discorrer sobre fato o espectador tem as versões do crime, que vai se revelando a partir do ponto de vista de cada testemunha.

O assassino e a mulher são os primeiros a ter voz. Suas versões são divergentes e sempre acrescidas de sua posição na escaramuça. O assassino, uma vez confesso o crime, busca valorizar sua ação e papel de guerreiro; a esposa delata as humilhações sofridas, o desdém do marido após ter sido violentada pelo bandido e conclui portando-se como vítima de ambos os homens. Uma terceira versão é dada pelo próprio morto por meio de uma *médium* que invoca seu espírito; em sua história a mulher é acusada, o assassino absolvido e, tal como o assassino este também enaltece sua ação na cena. O episódio vai diferindo sensivelmente à medida que os personagens acrescentam suas respectivas versões, relatando sua experiência a partir dos seus desejos, escondendo suas fraquezas e, ao mesmo tempo, demarcando o que deveria ser lembrado, assim como os que deveriam ser condenados.

Enquanto relatavam seus respectivos papéis na cena, esses personagens iam deixando novas lacunas questionadas pelo plebeu: único que aparece como espectador entre os três personagens diante do templo, pois tanto o padre quanto o lenhador conheciam a história e a estavam narrando. É assim que entra em cena uma quarta versão: a do lenhador, por ter assistido toda a cena escondido em meio a mata. Sua descrição - a última da trama - preenche as lacunas deixadas pelos personagens anteriores. Sua história vai revelando o papel dos envolvidos na ação e, aparentemente, figura como o olhar verdadeiro e imparcial acerca do

¹ Filme produzido e dirigido por Akira Kurosawa lançado no ano de 1951.

conflito. Vale destacar que os relatos anteriores ocorreram diante de um tribunal, sendo que a história do lenhador era a única versão não-oficial do ocorrido. Aparentemente imparcial, seu olhar parece contar com a primazia do desvendamento. Porém as coisas mudam de rumo quando o plebeu intervém na narrativa observando que nas versões havia um punhal incrustado de uma pedra preciosa que fora encontrado no local do crime. Diante dessa observação o lenhador se vê forçado a admitir sua intervenção na cena; sua aparente imparcialidade se esmorece: também ele escondera algo em sua história; também ele tivera sua participação no crime ao furtar o punhal; também ele construíra a sua versão sobre o fato, preenchendo lacunas, mas cobrindo rastros de sua atividade.

Kurosawa conclui o filme sem desprezar nem supervalorizar os múltiplos olhares sobre o crime. Produzido no ano de 1951, este *chef-d'oeuvre* do cinema sugere algumas possibilidades à labuta do historiador, qual seja, a possibilidade de se construir uma história que prime pelo múltiplo, pelo complexo e irregular. Uma história onde os conflitos sejam aflorados, onde as vozes dos personagens sejam ouvidas, suas versões imortalizadas e, principalmente, suas histórias respeitadas.

Talvez o papel do historiador possa ser comparado no filme com o do lenhador, ou seja, aquele que vê de fora do acontecimento sem ter vivido o mesmo, preenchendo as lacunas das vozes ecoadas. Nessa metáfora, também não há que se desprezar que os historiadores às vezes omitem em suas histórias, mas sua omissão, tal como a do lenhador, está voltada mais pela sua participação na pesquisa através dos referenciais teóricos e ideológicos com os quais está ligado do que com os fatos que busca encadear numa narrativa a partir de documentos diversos.

Foi movido por essas inquietações que me debrucei sobre a atuação militar na Guerra do Contestado. Meu objetivo é relatar os meandros que envolveram (além das angústias), os projetos e as propostas encontradas para dar fim ao movimento nos sertões catarinenses. Essas preocupações aparecem desdobradas em três capítulos: *paixões, possibilidades e caos*.

No primeiro capítulo, busco traçar um perfil do exército à época da Guerra em Santa Catarina, enfatizando o seu projeto de modernização, em pleno vigor durante suas atividades no front, e a

participação de diversos personagens aliados aos militares, compondo as chamadas “forças legais”, tais como os coronéis da região, o destacamento da Força Pública dos Estados de Santa Catarina e Paraná, os jagunços a serviço dos coronéis e os piquetes civis que serviram como voluntários.

Questionando o que teria motivado o engajamento do exército na campanha contra os sertanejos, tento construir um quadro apresentando sua participação como mais ampla que o mero combate ao fanatismo. Sua missão é apresentada como transcendente à sua função operacional de defesa e segurança. Seu papel é estendido, figurando como a solução para os males que afligem o país: a ausência de um ideal, o desrespeito às leis e aos símbolos nacionais.

No segundo capítulo tento apresentar o canteiro de possibilidades existentes à época para pôr fim à guerra. O questionamento que perpassa este capítulo visa os motivos que antecederam a opção pelo extermínio dos sertanejos como solução viável para o conflito. Com isso vou apresentando os outros caminhos possíveis para a atuação do exército que não implicavam em degolas, assassinatos, destruição de plantações e propriedades dos sertanejos. Estas possibilidades foram mencionadas e divulgadas pelos próprios oficiais ligados ao exército. Entre elas a distribuição de títulos de propriedade de terra aos sertanejos, uma política educacional que levasse escola e religião aos sertões catarinenses e também a resolução da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.

A proposta, portanto, é refletir sobre os projetos não concretizados, negligenciados pelas autoridades e freqüentemente lançados ao esquecimento nas pesquisas históricas; os desejos que não vingaram, mas que compuseram a constelação de possibilidades para dar fim à Guerra do Contestado. Esses espaços possíveis, embora nem sempre consigam prosperar, fazem parte do arsenal simbólico e imaginário incentivando a ação ou projetando caminhos que têm em mira soluções para os conflitos que afligiam uma sociedade. Tais símbolos atuam estimulando expectativas e articulando caminhos, podendo ampliar a visão sobre determinado período histórico ao denunciar posturas, ações e desejos vividos por um determinado grupo social, numa época específica.

No terceiro e último capítulo da dissertação busquei apontar os conflitos que acompanharam a atuação do exército na guerra, destacando o medo dos soldados, a falta de medicamentos e alimentação, o desconhecimento do terreno, o grande índice de deserção bem como as divergências pessoais existentes no dia a dia.

Procuro historicizar as práticas fugidias do cotidiano e as estratégias utilizadas pelos soldados para burlar as normas: a embriaguez pela cachaça, a fuga dos quadros do exército e até mesmo o abandono dos postos aliando-se ao movimento dos sertanejos; questões que delinearão as tensões e chegaram a comprometer a organização militar no front.

Outra questão apresentada neste capítulo é a estratégia utilizada pelos sertanejos no intuito de espalhar medo e pânico entre as consideradas forças legais. Tiros ao léu, ataques surpresas e “vivas ao monge”, entre outras coisas, serviram para disseminar o pânico nos soldados. Além disso, acontecimentos como morte súbita de alguém, chuva constante e não funcionamento de uma metralhadora, freqüentemente figurava, entre os próprios soldados, como sinais de uma intervenção sobrenatural em favor dos sertanejos.

Nos dois primeiros capítulos as fontes de sustentação são as memórias publicadas pelos oficiais do exército, além dos projetos nacionais abortados presentes tanto nesses relatos quanto na imprensa da época. Encontrei pistas também nos relatórios e correspondências oficiais do governo catarinense para chefes do governo federal. No último capítulo as fontes de maior destaque foram as partes de combate escritas pelos oficiais após seu contato com os sertanejos.

Vale ressaltar que o paradoxal na atuação dos militares na Guerra do Contestado esteve no fato deles fazerem parte de uma instituição, logo aceitá-la como legítima, submetendo-se às suas normas sem, contudo, negar as suas necessidades consideradas básicas, suas crenças e medos, planos e aspirações. Diante disso, procuro ressaltar a complexidade da experiência da guerra. Nela, a maioria dos sujeitos não fugiram à responsabilidade que lhes fora atribuída, mas também não se submeteram cegamente às ordens e papéis ditados; tampouco fizeram de sua atuação outra coisa, uma vez que esta ocorreu dentro dos fins a que se destinava: combater os sertanejos que

engendraram outras formas de sociabilidade à revelia da marginalização e descaso que as elites políticas os abandonaram.

Tal como o filme de Kurosawa que toma o Japão do século XI de empréstimo para discutir os diversos olhares sobre um mesmo fato, este trabalho tem a Guerra do Contestado como uma motivação, não sendo ele uma história da guerra. É antes uma tentativa de historicizar as ambigüidades presentes no dia a dia militar. Nessa direção busca assumir uma postura em que as contradições são afloradas marcando a complexidade inerente a um fenômeno social e geralmente fugidia da construção histórica.

I - As Paixões

1- Artes e Ofícios

As paixões têm ocupado aos poucos um lugar nos estudos históricos. Pesquisadores insatisfeitos com visões, na maioria das vezes maniqueístas, procuram destacar o papel das crenças e engajamentos de indivíduos e instituições em seus desempenhos políticos, sociais e econômicos.

Pierre Ansart em sua análise sobre a ideologia desenvolve a idéia de que as instituições – e aqui incluo o exército - “produz uma linguagem que leva cada um dos seus membros a interiorizar suas tarefas, não como uma simples obrigação instrumental, e sim como um ideal com o qual deve identificar-se”, ou seja, “o apelo moral feito a cada um no sentido de melhor realizar suas tarefas, conformar-se com os ideais coletivos, confunde numa mesma linguagem o apelo ao amor e o apelo à obediência” (Ansart, 1978, p. 90).

Os escritos dos oficiais do exército atendem às observações desenvolvidas por Ansart, na medida em que eles criam na imparcialidade da instituição ao qual estavam ligados, defendiam e se consideraram os baluartes do patriotismo, ao mesmo tempo se dedicavam a analisar os problemas sociais e as querelas políticas do país. Dessa forma, seus textos herdaram às gerações futuras além de um registro histórico - dos poucas existentes em forma escrita, visto não termos registros dos próprios sertanejos² - uma importante fonte para os que buscam entender as emaranhadas trilhas da Guerra do Contestado.

O nome “Guerra do Contestado” é tributário da querela política entre Paraná e Santa Catarina pela delimitação de limites entre os dois Estados, transformando-se numa luta entre personalidades ligadas às elites políticas regionais interessadas pelas fontes de riqueza natural ali abundantes, como a erva-mate e a madeira. Essa, porém, foi apenas uma das várias centelhas que perpassaram e impulsionaram a guerra. A

² Como exceção encontra-se a memória publicada de Alfredo Lemos: um dos sobreviventes ao conflito que escreveu suas impressões acerca da Guerra. Seu trabalho foi publicado por Zélia Lemos na década de 80.

construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande Sul teve um importante papel para a fermentação das divergências entre os habitantes da região.

A empresa norte-americana *Brazil Railway Company* foi a responsável pela construção dessa estrada a partir do ano de 1908. O governo brasileiro, à época tendo como presidente o senhor Afonso Pena (1906-1910), concedeu à empresa uma faixa de terra de 15 km de cada margem da estrada de ferro. A *Brazil Railway*, pertencente ao empresário Percival Farquhar, passou a explorar essas terras expulsando antigos habitantes que ali viviam na qualidade de posseiros, instalando também a *Southern Brazil Lumber and Colonization Co.* que tinha como objetivo extrair madeira na região e depois comercializá-la no restante do Brasil e no exterior. Além disso, a empresa ganhou o direito de revender os terrenos desapropriados às margens da estrada de ferro. Esses terrenos seriam vendidos preferencialmente aos imigrantes estrangeiros que formavam suas colônias no Sul do Brasil.

Essa terra desapropriada por ordem do governo federal, inaugurou um novo tipo de exploração da madeira, comprometendo a atividade dos pequenos produtores locais e intensificando a disputa das terras na região.

A disputa se agravou quando a *Brazil Railway* ampliou o seu quadro de trabalhadores empenhados na construção da estrada de ferro. Em 1910, quando a ferrovia ficou pronta, a empresa demitiu os seus funcionários que passaram a perambular pela região aumentando com isso as tensões locais.

Em 1912 um homem, pelos sertanejos denominados de “monge”, foi o responsável por aglutinar alguns dos descontentes com a situação sócio-política por eles vivenciada. Antigos posseiros, ex-trabalhadores da estrada de ferro e também figuras descontentes com a politicagem representada pelos desmandos de coronéis na região, passaram a seguir o monge José Maria. Nas proximidades de Curitiba, José Maria organizou um povoado, onde os fiéis rezavam, eram benzidos e curados pelo Monge.

A rivalidade entre os coronéis gerou da parte do coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, Superintendente de Curitiba, uma queixa contra um possível agrupamento de fanáticos religiosos que, em sua denúncia, ansiavam pelo retorno da monarquia. Ao ser notificado o

governador de Santa Catarina, Vidal Ramos (1909-1914), enviou um destacamento da Força Pública Catarinense à região. José Maria sendo avisado se retirou, estabelecendo-se nos campos do Irani, zona de litígio entre Paraná e Santa Catarina.

O governo paranaense julgando que os catarinenses mandaram os “fanáticos” para o território a fim de marcar posse dele, preparou uma força militar com o objetivo de expulsá-los da região. Essa força foi comandada pelo capitão João Gualberto dos Santos que prometera desfilar pelas ruas de Curitiba com os fanáticos amarrados com uma corda no pescoço (Cabral, 1979).

O combate travado entre as forças comandadas pelo capitão João Gualberto, em outubro de 1912, e os sertanejos reunidos em torno do monge José Maria teve como desfecho a morte de diversas pessoas, constando também a do líder religioso e do comandante da força policial.

Após esse combate muitos sertanejos se dispersaram com suas mulheres e filhos. A notícia ganhou foro nacional denunciando a existência de um novo Canudos na região do Contestado. Como exemplo vale citar uma nota publicada no jornal catarinense no ano de 1912:

A semente talvez de um novo Canudos começa a germinar no interior do Estado, na fazenda do Irani, cerca de 11 léguas de Palmas, e que pertenceu a uma companhia e que hoje é, em grande parte, habitada, segundo dizem, por bandidos que ali se introduziram e que, pelo terror, trazem em sobressalto as populações vizinhas (Jornal Folha do Comércio, 30/12/1912).

A possível visão de uma criança que dissera ter recebido ordens do monge para que voltassem a se juntar nos quadros santos, poucos meses depois do confronto no Irani, reacendeu a esperança de melhorias e de conforto espiritual entre os sertanejos. Uma grande agitação tomou conta dos sertões do Contestado. Muitas pessoas passaram a organizar-se novamente nos redutos crentes no retorno do monge José Maria, na intervenção de São Sebastião e seu exército encantado³.

³ A dissertação de Marcia Janete Espig (1998) discute os elementos que compunham as forças desse exército celeste, conforme o olhar dos sertanejos. O livro de Ivone Gallo

Com um número crescente de fiéis nesses redutos as forças policiais catarinenses e paranaenses novamente se mobilizaram com o objetivo de dispersá-los, iniciando um combate que se prolongaria por alguns anos. A mobilização das forças militares excedeu às expedições das forças estaduais. Não conseguindo vencer os sertanejos o governador catarinense - Vidal Ramos - solicitou no ano de 1914 a intervenção do exército federal. Os contornos da guerra estavam se delineando a partir de então.

Essa guerra contou com a movimentação de um número significativo de homens. Conforme Ivone Gallo,

... aproximadamente 20 mil pessoas rebelaram-se contra a ordem vigente, ocupando uma área de 25 a 28 quilômetros quadrados. Os dados oficiais apontam um efetivo das tropas legais de 6 mil homens, além de mil vaqueanos, e um saldo final de 3 mil mortos, número bastante discutível, pois só no reduto de Santa Maria, arrasado pelas tropas do exército, havia aproximadamente 5 mil revoltosos (1999, p.11).

Na composição da chamada força legal havia representantes da Força Pública Estadual do Paraná, coronéis e jagunços da região além dos soldados e oficiais do exército provenientes de várias partes do país. Foi significativa a participação de destacamentos do Exército Nacional do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, todos sob o comando da 11^a. Região Militar com sede em Curitiba.

Um contingente da força pública catarinense também atuou junto ao exército na luta contra os chamados “fanáticos”. Sobre essa atuação afirma o chefe de Polícia Sálvio Gonzaga:

a polícia em qualquer de suas manifestações, preventiva ou repressiva, ou administrativa ou judiciária, é sempre um auxiliar imediato da administração, o seu mais rico domínio, na linguagem de Stahl, destinada à defesa dos interesses sociais ameaçados ou violados por atos oriundos da atividade humana⁴.

1999) também aprofunda a discussão sobre o sentido da monarquia entre os fiéis no Contestado.

⁴ Do Relatório do Chefe de Polícia, Sálvio Gonzaga, apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, em 1^o. de junho de 1911. Arquivo Público de Santa Catarina.

Portanto, conforme presente na exposição, cabia à força pública o papel de zelar e socorrer prontamente os interesses do Estado, representados pela figura do governador. Esse sempre foi um dos motivos de forte divergência entre representantes do exército e da força pública em todo o país, pois no entender dessa instituição, a força policial seria como uma guarda pessoal dos governadores, uma vez que estes se valiam de sua autoridade para usá-la como extensão de suas ambições políticas.

Tal divergência perpassou a atuação do exército federal na guerra, isso porque a presença da Força Pública Catarinense no palco do conflito correspondia às críticas levantadas por alguns oficiais no que diz respeito à relação da força policial em consonância com os interesses políticos locais. Vale destacar que o governador Vidal Ramos descendia de uma linhagem de poder com fortes interesses políticos e econômicos na zona contestada.

Além da Força Pública havia também os jagunços e vaqueanos representando a guarda pessoal dos coronéis. Esses políticos viam no movimento uma ameaça aos laços de compadrio e obediência que garantiam autoridade sobre os sertanejos próximos aos seus domínios. Possivelmente foi essa uma das motivações para a adesão dos coronéis às forças legais, acrescentando-se a isso o pagamento que recebiam ora do exército, ora do governo catarinense, pelo auxílio prestado. Esse pagamento nem sempre era passado aos homens que lutavam, ganhando o fazendeiro através dos serviços de seus jagunços conforme relata o senhor Firmino Martins, hoje com 106 anos de idade, em entrevista concedida ao repórter da *Revista Superinteressante* e publicada em maio de 2000: “Eles [os fazendeiros] chamavam e a gente era obrigado a lutar. (...) A gente passava até dois meses no mato caçando jagunço, com fome, comendo até broto de xaxim”.

Nem todos os coronéis na região conseguiram juntar-se oficialmente ao exército e dele perceber uma remuneração. Esse engajamento era bastante cobiçado, logo a preferência era dada às figuras ligadas às oligarquias estaduais. A família Ramos em Lages foi uma das que mais se beneficiou com tal ofício, assim como o coronel Fabrício Vieira, importante fazendeiro habitante das margens do rio Iguassú.

A contratação e pagamento das despesas com os serviços prestados pelos vaqueanos foram intermediadas pelo governo catarinense, conforme consta na solicitação de pagamento enviada pelo Superintendente Municipal de Campos Novos para o governo de Santa Catarina, em 1916 representado por Felipe Schmidt:

O senhor Galdino Gonçalves Correia, comandante do piquete de civis, organizado por ordem do extinto coronel Henrique Rupp, prestou reais e relevantes serviços. O município precisava, mas não podia sustenta-lo. Apelei para Vossa Excelência, que autorizou a ter vinte homens com a despesa diária de um mil réis cada um. A oferta era pequena e mal dava para a alimentação do pessoal mas, atendendo as dificuldades financeiras por que passava o Estado, resolvi aceitar o oferecimento. É preciso registrar que, com essa importância, além do sustento, tive que comprar munições e algumas armas para o piquete e aceitar o generoso e patriótico serviço daqueles bons caboclos, que, deixando suas casas e seus interesses se embrenhavam pelas serras, em busca do inimigo, batendo-o e o afastando do município. Nesse patriótico esforço, pagou heroicamente com a própria vida o... (ilegível) João Gonçalves Correia, irmão do comandante do piquete. Estando felizmente extinto ou quase extinto o perigoso movimento sedicioso, peço a V. Ex.^a a gentileza de mandar pagar-me a importância que autorizou-me despende.

Porém, de todos os engajados na luta contra o denominado “fanatismo”, a força mais heterogênea era a do exército. A começar pelos soldados e praças: a maioria não tinha formação, nem tampouco preparação militar. Vinham das mais diferentes regiões do Brasil. Na afirmação de Leitão de Carvalho “as principais fontes de recrutamento do exército eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho” (Leitão de Carvalho, *apud* Carvalho, 1985, p.190). Havia também os desempregados que viam nesse serviço uma oportunidade de garantir sustento à família ou mesmo pôr em prática seus sonhos de aventura.

O exército nesse período da Guerra do Contestado lutava por uma tentativa de reformulação de suas doutrinas, sendo o sorteio – alistamento obrigatório – um dos elementos mais debatidos e reivindicados pelos

oficiais. O auge dessa discussão aconteceu no ano de 1914, período que coincidia com a incidência da Primeira Guerra Mundial na Europa (Capella, 1985). O momento era estratégico para modernizar a instituição uma vez que lhe garantia maior valoração, pois a visibilidade da guerra era oportuna por despertar sentimentos nacionalistas na sociedade. Nesse olhar o exército aparecia como uma das poucas instituições legítimas capazes de defender a nação das mazelas políticas e sociais. Mas para tanto havia a necessidade de equipá-la com instrumentos e idéias modernas.

No Brasil essa campanha teve uma maior repercussão no governo do general Hermes da Fonseca (1909-1914). Sua vitória à presidência da República em 1909 marcou, para alguns historiadores, a primeira grande campanha nacional às eleições federais. A disputa entre Hermes e Rui Barbosa foi apresentada como um jogo de forças entre militares e civis, acirrando as discussões acerca do retorno de oficiais do exército ao cargo máximo do processo eleitoral no país.

Tal disputa reacendeu a antiga questão, levantada após a Guerra do Paraguai, do “cidadão de farda”, ou em outras palavras, a possibilidade do exército estender sua atuação nos foros políticos institucionais (Carvalho, 1985). O argumento da oposição, também conhecido como a campanha do “soldado cidadão” era de que o lugar dos oficiais seria no quartel ou cumprindo as obrigações prescritas ao soldado, qual seja a de defender a pátria e zelar pela segurança. Da parte do exército perdurava ainda uma certa frustração no que se referia à atuação de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto nos primeiros anos da República, uma vez que possivelmente permanecia na memória política da época uma idéia de governos militares aliados à repressão, violência e conseqüente incompetência política. Imaginário que Rui Barbosa tratou de alimentar, angariando importantes aliados à sua plataforma eleitoral.

Malgrado a ampla repercussão da campanha de Rui Barbosa, Hermes da Fonseca venceu a eleição, contando nessa empreitada com a indicação e apoio das elites mineiras. Para Leôncio Basbaum “Hermes não passou de instrumento passivo na mão de espertos políticos e caudilhos das classes dominantes” (1986, p.188). Embora esta análise explore um importante elemento explicativo para se entender a vitória de Hermes da

Fonseca, vale destacar que foi durante o seu governo que se manifestou com vigor a tentativa de reforma do exército, garantindo-lhe maior visibilidade e positividade.

No processo de modernização do exército facções políticas e sociais tomavam partido do assunto, constituindo um campo de debates e circulação de idéias ao escrever para os jornais suas defesas ou repúdio à proposta. Essa campanha visava incluir novas táticas, equipamentos e doutrinas nas fileiras do exército nacional, além de objetivar uma moralização de suas condutas construindo uma imagem do militar como um cidadão que se preocupava e participava dos interesses político-sociais da nação (Capella, 1985).

Além do já citado clima propício à valorização das forças armadas, destaca-se, nesse momento, o empenho do anterior Ministro da Guerra em levar adiante o projeto há muito debatido no campo militar. Esse campo é pensado aqui conforme desenvolvido por Bourdieu ao afirmar que

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (1989, p. 179).

Nesse sentido, ao falar do campo militar estou pensando não apenas nas idéias que circulavam no interior da instituição exército, mas de uma vasta produção e circulação de informações veiculadas por revistas especializadas, porém tributárias das idéias pensadas e discutidas na esfera pública no que tange ao futuro do Brasil.

Idéias como respeito, progresso, patriotismo, entre outras, eram amplamente debatidas formando um discurso de moralização e disciplinarização para o país. Nesse discurso muitas vezes o exército era elevado a baluarte do nacionalismo. A frente dos discursos favoráveis a esta causa estava o poeta parnasiano, posteriormente proclamado o Patrono do exército, Olavo Bilac. É curioso notar como essa discussão ganhou destaque nacional, rompendo as barreiras militares:

Fala-se muito agora no famoso discurso que Olavo Bilac disse aos acadêmicos de São Paulo.

O príncipe dos nossos poetas apontou os males de uma nacionalidade nova que envelheceu prematuramente ou se corrompeu. Não temos um ideal, não acreditamos em nada.

Os políticos, quando em oposição, dizem as coisas por outro modo, com violência, com ódio aos indivíduos, batendo-os desordenadamente, na medida do critério dos seus jornalistas.

Quando são ou quando foram governo fizeram o mesmo. Fizeram coisas piores.

Daí já se verifica que os políticos já não podem falar nos males do país. (...)

Já se proclama a necessidade do serviço militar obrigatório. Muito bem. O amor à bandeira é um belo ideal a conquistar. Não o temos. Perdemos-lo talvez.

É claro que precisamos de disciplina. Onde buscá-la?

No serviço militar. Reergamos o nível moral do exército que tão abatido se acha pelo descaso dos governos e pelas aventuras da política. Quando o tivermos forte, coeso, bem aparelhado, que melhor escola de patriotismo, de abnegação e de disciplina poderemos possuir?

*Nas fileiras aprender-se-á a amar a bandeira, a respeitar a autoridade e a hierarquia social, enfim é ali que se incute na alma a compreensão da ordem e do dever de um sacrifício qualquer pela pátria, o qual poderá ir até a própria vida (Jornal **O Estado**, 24-10-1915).*

A campanha do alistamento militar obrigatório, abraçada por Hermes da Fonseca, era apenas um dos elos do vasto debate sobre a modernização do exército. De acordo com a matéria reproduzida acima, a discussão era mais ampla, pois fazia parte de uma tentativa de reafirmar, ou construir, um sentimento nacionalista tendo a ideologia e a corporação militar como modelo. Explorando e ao mesmo tempo acirrando as divergências entre “classe” política e militar, a matéria indica o caminho para o desenvolvimento por meio dos elementos aqui apresentados como inerentes à carreira militar, tais como obediência às hierarquias, patriotismo, abnegação e disciplina.

Essa ênfase no exército como modelo a ser seguido permite retomar as idéias de Pierre Ansart quando este afirma que:

a questão da autoridade se acha implicitamente levantada em toda a linguagem da instituição, mas

imediatamente velada: a instituição submete-se aos seus membros e, no seio da hierarquia, os dirigentes tomam as decisões e comunicam as ordens aos subordinados; mas, precisamente, a linguagem de idealização oculta a relação de obediência na relação de amor e razão. O subordinado não deve suportar e sim amar os superiores e, através deles, amar a lei que é indiscutível e benéfica para todos. A instituição estabelece simultaneamente a submissão e a alegria na submissão (Ansart, op cit, p. 91).

A missão do exército, portanto, é apresentada como transcendente à sua função operacional de defesa e segurança. Seu papel é estendido, figurando como a solução para os males que afligem o país: a ausência de um ideal, o desrespeito às leis e aos símbolos nacionais.

Para Sérgio Buarque de Holanda (1974), a partir de meados do século XIX o exército foi democratizando suas fileiras, pois, diferente da marinha caracterizada como uma força imperialista e aristocratizada, esse período marcou a admissão de jovens das mais diferentes origens sociais e de idade, galgando postos de major, tenente e mesmo de general. Tal fato impôs uma tentativa de fixar limites que distinguisse o soldado do civil, mas também os limites de diferenciação no interior da própria instituição, o que foi feito a partir das suas respectivas formações.

Quanto à barreira estabelecida entre o soldado e o civil, acrescenta Holanda que havia uma “pretensão resistente a todos os fatos, de que, enquanto o político é essencialmente imoral e corrupto, o soldado é um puro, a quem só preocupa o afã patriótico, se elevado ao poder, de sacrificar-se pela nação que lhe compete governar” (1974, p.339). Em Santa Catarina o capitão do destacamento do exército, Vieira da Rosa, alimenta essa divergência para com “os políticos”, conforme evidenciado em suas memórias escritas depois da Guerra:

ninguém mais do que nós, justamente por assistirmos as barbaridades de uma guerra, deseja a paz. Responsabilize-se o vendedor de armas e os provocadores de conflitos, mas poupe-se o militar que, pelo simples soldo que desfruta tem o nome de sanguessuga da Nação, dado pela corja de bacharéis e de plutocratas indecorosos (texto de Vieira da Rosa, p.34, mimeo).

Retomando a discussão de Sérgio Buarque de Holanda no que diz respeito às fronteiras internas, os ingressos nas fileiras do exército - particularmente os que possuíam uma formação militar - malgrado suas origens sociais:

... passavam a fazer parte de um nós glorioso e envolvente, que os redimia do eu, muitas vezes aclamado a que, pela origem estariam presos. Nestas circunstâncias os oficiais militares podem inscrever-se realmente na vanguarda das aspirações populares e figurar como porta-bandeiras dessas aspirações. Não porque agem na qualidade de representantes ou componentes das camadas desfavorecidas, mas porque eles próprios, distanciados como se acham dos donos do poder, e sujeitos como estão aos caprichos do favoritismo oficial, também se sentem desfavorecidos e podem desferrar-se, por si e pelos outros. (Holanda, 1974, p.345-346).

Com a Guerra do Contestado esses ideais foram multiplicados, pois as experiências vividas no *front* foram debatidas e enaltecidas, aparecendo como exemplos concretos do engajamento e disposição em prol da nação. O enaltecimento dessa experiência serviu como pretexto para que militares e simpatizantes ditassem a cartilha do patriotismo construindo e elevando a causa do exército. As listas de heróis, mortos e feridos foram postas ao serviço da tentativa de construção de amor pátrio, servindo ao mesmo tempo para catequizar os leigos e hereges que não se sacrificavam pela nação, assim como visando imprimir nos corpos dos soldados não treinados para o ofício o amor e a disciplina.

Enquanto nas capitais a luta era travada pela valorização do exército e sua importância política para a sociedade, no *front*, outro combate acrescentava mais ingredientes à guerra, qual seja, a disputa dos oficiais em imortalizar-se através de obras que relatassem o conflito, pois além dos jagunços, dos coronéis, dos soldados e dos aventureiros, de grande relevância foi o papel desempenhado pelos oficiais do exército, uma vez que foram responsáveis por imortalizar e sedimentar uma determinada imagem sobre o movimento do Contestado. Diferente dos soldados e praças, esses oficiais possuíam uma rígida formação militar, constando,

além do manejo de armas o domínio das letras e literaturas clássicas, conforme se observa nos seus relatos. Além de deixarem extensos volumes de memórias sobre a guerra foram responsáveis por maioria das notícias veiculadas na imprensa da época na qualidade de correspondente.

Em ofício remetido ao Ministro da Guerra em 13/12/1914, o general Setembrino de Carvalho, ao avaliar a atuação dos oficiais na guerra reproduz uma análise do antigo Inspetor da 11^a Região Militar, general Alberto Ferreira de Abreu, e oferece elementos que pontuam a formação literária de alguns oficiais e a falta de unidade no interior do exército:

A nossa oficialidade parcela-se em duas categorias perfeitamente distintas: uma parte, oriunda das escolas, possui essa instrução geral – meio científica, meio-literária – dote comum dos homens ilustrados; a outra é inculta.

Devia nivelá-las o estudo inteligente dos regulamentos, onde se cristaliza a experiência das guerras. Mas os regulamentos não são versados apaixonadamente, de sorte que, a par de uma regra autorizada por Leival citada entre os primeiros, não raro ouvimos dos últimos a convicção de uma velha praxe mal estabelecida na guerra do Paraguai.

Essa diversidade, que existe por falta de uma doutrina militar duramente exigida, agrava-se quando se considera as armas entre si.

E acrescenta, ainda, o general Setembrino de Carvalho:

É o que tem, mais de uma vez, acontecido agora. Mas o que tem faltado em absoluto, anulando as concepções mais justas, remorando (sic) as ações mais urgentes, é esse espírito de sacrifício que nobilita o oficial, transfigurando-o num foco de coragem que fascina e arrasta os soldados para a frente, como energias desencadeadas..

O discurso de patriotismo e modernização do exército se intensificava nas falas e ações desses oficiais. Buscando servir ao país, a atuação dos tenentes, coronéis e generais, foi marcada pela tentativa de justificar sua missão nos sertões catarinenses. A tarefa era pacificar a região do Contestado, livrando o país de males como o fanatismo, a ignorância e o banditismo. Suas condutas eram ao mesmo tempo valorizadas e controladas

por esses discursos. Além disso, a guerra serviu também de vitrine onde se expunham os projetos e anseios de uma jovem oficialidade empenhada na campanha de modernização do exército. O bom desempenho dessa instituição nos sertões catarinenses auxiliaria ou prejudicaria seus novos projetos. Nessa campanha, o papel da linguagem corporificada no poder da palavra e de sua veiculação na imprensa, merece destaque. Foi mediado por ela que herdamos além dos registros sobre o conflito, um olhar sobre os sertanejos em sua luta na Guerra do Contestado.

2- Os Clarins da Violência.

Nos relatos sobre a Guerra do Contestado a contribuição dos oficiais que participaram dos combates e, posteriormente, publicaram diversos volumes sobre o conflito, foi consultada pelos pesquisadores na maioria das vezes com atenção às informações, ou seja, freqüentemente o olhar tem se prestado às minúcias dos relatos e aos fatos arrolados. A proposta aqui é analisar o discurso desses memorialistas sem negligenciar os fatos, focalizando a mobilização de símbolos num esforço para demarcar a arena e o papel dos civilizados e dos bárbaros, assim como os heróis e vilões.

Nesses discursos a mobilização de símbolos cumpria a finalidade de construção de um imaginário sobre o conflito que justificasse a ação militar tanto para a sociedade como para os próprios combatentes considerados legais. Vale destacar que pensar o exército nesse período exige abandonar a idéia hoje presente (e ainda passível de questionamento) de uma força coesa, harmônica e disciplinada. Uma suposta ideologia militar era praticamente inexistente entre os soldados e praças e ambígua entre os oficiais que lutaram na Guerra do Contestado, conforme demonstram os documentos da época. Nesse sentido é que se destaca a importância dos símbolos e, por extensão, da produção escrita desses oficiais, pois, concordando com as análises de Baczko “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através dos ‘discursos’ nos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem” (1985, p. 311).

Como servir à pátria combatendo seus próprios filhos? Como justificar seu ofício diante das denúncias de crimes e desmandos no palco do conflito? Possivelmente em busca de respostas para essas questões, ou mais precisamente com o fim de justificar suas ações aparentemente pouco patrióticas, é que se avolumaram os discursos dos oficiais para a imprensa da época, além das diversas coletâneas de memórias editadas logo após a atuação do exército nos sertões catarinenses.

As obras desses memorialistas podem ser inscritas num campo literário-político de inúmeros intelectuais brasileiros desiludidos com o sonho republicano. Isso porque, ao invés dos valores e promessas em torno dos ideais da democracia representativa de inspiração francesa e norte-americana (Carvalho, 1990), a aurora republicana consolidou a política dos governadores, marcada pelos conchavos políticos e fraudes eleitorais.

Tal fato marcou o desencanto de inúmeros intelectuais como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Duarte Schutell e tantos outros que através da palavra imprimiram seu descontentamento (Cherem, 1998). Suas frustrações engendraram posturas frente à realidade em que estavam inseridos, criticando, posicionando-se e propondo novas possibilidades para aquilo que consideravam os rumos para o futuro do país. De acordo com Nicolau Sevcenko:

Os autores sob estudo [Euclides da Cunha e Lima Barreto] iriam responder a essas questões não tanto através da literatura, mas na literatura. O que é compreensível diante das suas vicissitudes. Integralmente dedicados à ação pública utilitária, mas interditos de qualquer efeito decisivo nesse campo, suas melhores energias se voltariam todas para a única matéria moldável que lhes restara à mão e sobre a qual ostentavam completo domínio (1999, p.127-128).

Duarte Schutell seguiu caminho diferenciado. Sua opção foi pelo abandono da esfera pública, desencantado que estava com os rumos políticos do país. Embora compartilhando dos autores acima o recurso à linguagem, sua resistência ocorreu, conforme assinala Rosângela Miranda Cherem (1998), distante dos meandros do poder institucionalizado. Suas memórias, quase tanto quanto sua existência, no que tange ao advento republicano em Santa Catarina, foram lançadas no baú dos esquecidos na esperança de algum dia serem restauradas pelas mãos de profissionais sensíveis à sua voz⁵.

⁵ A professora Rosângela M. Cherem tornou pública as memórias de Duarte Schutell após ter localizado seus escritos nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *A República vista do meu canto* é o fio utilizado na tessitura do bordado que hoje compõe a sua tese de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo no ano de 1998.

Alguns oficiais do exército que participaram da Guerra do Contestado estão inscritos nesse campo de idéias criticando as mazelas da República. Suas memórias são ao mesmo tempo importantes relatos do conflito que assolou os sertões catarinenses, como também um testemunho de suas respectivas posturas políticas quanto ao futuro da nação, enunciando um devir, um projeto, uma possibilidade para o Brasil.

No ano de 1916 o número de obras publicadas sobre a revolta é, no mínimo, intrigante. O tenente do exército, Demerval Peixoto, publicou o primeiro número do que viria a ser três extensos volumes sobre o Contestado. À época adotou o pseudônimo de Cliveláro Marcial. Em seguida (1917), destaca-se a publicação, por meio da Imprensa Oficial de Minas Gerais, do trabalho do tenente Herculano Teixeira de Assumpção, o relatório do General Setembrino de Carvalho na Capital Federal, de Ezequiel Antunes, médico do exército, pela Imprensa Oficial de Belém-Pará, e, por fim, as memórias de J. Pinto Soares, à época tenente do destacamento do Rio Grande do Sul que atuou na repressão ao conflito.

Um dos primeiros elementos que se destaca nos escritos desses oficiais é a intenção de verdade. Em outras palavras, a tentativa de anular o discurso do outro, apresentando seu relato como um retrato do que ocorreu nos sertões de Santa Catarina e Paraná. Essa intenção é marcada pelo fato de serem eles testemunhas oculares da Guerra. A obra de Ezequiel Antunes (1918) ilustra e faz coro a tais ambições ao afirmar:

A História parece não exigir grande literatura nem muita ciência. Antes, ela determina, imperativamente, na análise e registro dos fatos, sobretudo, a expressão nítida da verdade.

Havendo participado do serviço de saúde na campanha do Contestado, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, por acerto, colhi dados autênticos da origem, causas desenvolvimento e conseqüências de tal movimento sedicioso nos sertões do Sul, podendo, nos seus detalhes pitorescos e, ao mesmo tempo desastrosos, servir a uma singela narrativa de episódios e impressões de pequenas operações de guerra, como ao estudo ponderado dos bizarros costumes daquela vasta região comparativamente com o Norte, o grau de educação moral e religiosa daquela gente a quem faltava escola, assistência higiênica, orientação no trabalho e cuidado administrativo.

Assistindo imparcialmente os horrores da ingrata peleja, jamais me esqueci de tomar as devidas notas, como profissional e soldado, sobre os males morais ainda mais difíceis de receberem curativo do que as cruentas feridas feitas de parte a parte, pelas baionetas dos nossos camaradas ou pela garrucha e os facões de tenda dos – fanáticos-, cuja valentia era digna de ser aplicada a fins mais patrióticos (op. cit. p.3-4).

No texto de Herculano Teixeira de Assumpção *A Campanha do Contestado: as operações da Coluna Sul* vale destacar a forma como o oficial construiu uma visão sobre a guerra e as descrições feitas sobre os combates do qual participara.

Foi o caso da tentativa de ultrapassar um desfiladeiro em Santa Maria, defendido pelos sertanejos, em 08 de Fevereiro de 1915, sob o comando do Cel. Estillac. Em sua narrativa oferece ao leitor uma imagem do cenário, convidando-o a percorrer as matas ao redor de Santa Maria. São palavras de Assumpção⁶:

*Bella estava a madrugada do dia 8.
O cicio ameno, ligeiramente sibilante, no glauco e rorante arvoredo, segredava-nos candentes promessas de vitória.
Os nossos homens, com as faces crestadas, respirando o ar balsâmico dos pinheiraes, rompiam, impávidos, sem nenhuma tibieza, a marcha de guerra pelo principal caminho da matta, a “estrada” apaulada, cenosa e mal aberta num terreno phytogeneo.
Este caminho, como já vimos, é uma injucunda e tortuosa senda (1917, p.176).*

Em seguida antecipa o mal sucedido combate para o exército, atribuindo as perdas ao desastroso incidente ao qual um inferior riscou um palito de fósforo incendiando as palhas de bambu próximas ao reduto, anunciando aquilo que deveria ser um ataque de surpresa. Continua o oficial:

Logo após mais três centenas de metros de avanço, recebemos uma chuva de balas: os tiros do inimigo partiam de cima das árvores, por detraz das trincheiras e de dentro da mata. A defesa dos bandidos era vivíssima, mas a abnegação e a valentia dos nossos soldados esqueciam os perigos; de todos os lados ouviam-se rudes e consoladores

⁶ Preservei a grafia original.

gritos dos nossos homens: avançar! Avançar! (op. cit., p. 181).

Nesse relato encontra-se uma descrição daquilo que os demais memorialistas da guerra fizeram questão de assinalar: o combate de guerrilha que favorecia, no olhar dos oficiais, os sertanejos, pois como estes eram conhecedores da região, transformaram tal conhecimento num poderoso aliado em suas táticas de guerra.

Outro elemento com freqüência destacado é a bravura dos revoltosos:

No sertanejo do Contestado tinha-se assistido a reprodução da brutalidade da coragem dos caipiras dos sertões nortistas. Ante as vidas preciosas de oficiais e de soldados do Exército, ceifadas na guerrilha cruenta, depois da vitória é justo render-se a homenagem merecida: - cruéis na luta os infelizes irmãos das matas, eram dignos de admiração pela ousadia com que enfrentaram as tropas regulares e, ainda mais dignos de piedade pela loucura com que se defendiam, excedendo a fúria dos javalis, a agilidade dos tigres e a valentia estóica do rei das feras. Rendamos essa homenagem merecida aos nossos irmãos enlouquecidos das selvas (1995, p.155).⁷

O olhar distanciado e perscrutador do oficial aparece como autorizado a analisar a atuação dos sertanejos tanto quanto rende a eles uma “justa homenagem”. Tais elogios são acompanhados de designações pejorativas identificando-os às feras. Na condição de guerreiros, sua coragem e força são elevadas ao extremo, mesmo que acompanhadas dessa imagem predominem qualificativos como bandidos e sanguinários, o que em princípio poderia soar como paradoxal, afinal de contas porque exaltar a força do outro, no caso, do sertanejo? Uma das respostas mais prováveis é a de que quanto maior for a resistência e valentia do adversário, maior será o prêmio por vencê-los, ou seja, tornar os sertanejos bravos guerreiros fazia dos combatentes reunidos nas chamadas “forças legais” mais grandiosos por tê-los derrotados, além de justificar as perdas que o exército sofria nos combates.

⁷ Peixoto, op. cit, p. 155.

Nas narrativas dos oficiais enquanto a força do outro é exaltada, há também toda uma campanha de desmoralização dos sertanejos imprimindo-lhes um caráter de selvageria. Em contraponto, os soldados aparecem como homens entregues à própria sorte num ambiente hostil, privados de lar e de família e, principalmente, prestes a doarem a vida em prol da pátria. Nas imagens evocadas pelos oficiais, enquanto os soldados agonizam, os sertanejos avançam impiedosamente:

Os toques de padioleiros para socorrer os feridos eram constantes e desanimadores. Os companheiros, na nossa frente e ao nosso lado, caíam repetidamente, uns dando endereço de família, outros retratos de esposas e filhos, ainda outros dinheiro para guardar, declarações íntimas, enfim, uma cena tristíssima (Peixoto, op. cit. p. 181).

A campanha de desqualificação moral empreendida pelos discursos oficiais demonstra uma tentativa daquilo que Baczkó (1985) denomina controle do imaginário. A intenção é não apenas justificar a ação violenta exercida, como também legar uma visão autorizada sobre o conflito.

Hannah Arendt (1994) afirma que a violência física geralmente é o recurso último adotado pelos governantes, pois ela implica, sobretudo, a ineficácia das demais estruturas que garantiam a obediência de determinado grupo. No caso do Contestado a violência aplicada contra os sertanejos precisava ser legitimada e para isso os discursos da imprensa, bem como a plêiade de obras lançadas pelos oficiais do exército serviram como fortes aliados dos interesses localistas, já que além de combater o denominado fanatismo nos sertões também devolveu aos coronéis locais o poder político que definhava, instituindo um imaginário de banditismo e selvageria no Contestado, ao mesmo tempo em que elevava o nome do exército a defensor dos interesses públicos, árbitro da paz e baluarte do patriotismo.

Cabe destacar ainda que estes olhares foram compartilhados pelos diversos representantes das forças legais: os que detinham o poder de imortalizar pela palavra. Seus discursos não figuraram como palavras ao vento, serviram como mais uma dentre as diversas armas utilizadas para combater os sertanejos. Suas narrativas não aparecem como um mero

repositório de informações, mas como um trabalho intelectual lapidado com o objetivo de justificar as perdas, glorificar o exército e imortalizar feitos. Não bastava apenas relatar, se fazia necessário construir uma imagem sobre a guerra. Destacando-se aí a preocupação com a forma e principalmente com o enredo. Por meio desse artifício mais “ficcional” que historiográfico, os autores organizaram os fatos à sua maneira, legando aos leitores um olhar ao mesmo tempo histórico e literário. Essa submissão dos fatos a um enredo envolvente e dinâmico, não foi primazia dos oficiais do exército que lutaram no Contestado. Os ecos dos *Sertões* de Euclides da Cunha soavam como estímulo e inspiração.

Nessa relação com a obra de Euclides vale citar que além dos memorialistas adotarem a clássica divisão na narrativa focalizando a natureza, a sociedade e a guerra, há também um recurso bastante explorado pelo consagrado escritor de *Os Sertões*: a interrupção da narrativa prenunciando uma tragédia. Demerval Peixoto relata, por exemplo, o caso de uma família descendente de poloneses que havia se juntado aos sertanejos e que no vigor das campanhas empreendidas pelo general Setembrino de Carvalho resolvera retornar às suas terras. Honório Antonoviscki era o chefe dos Marianos e acusado de estar envolvido no assalto e incêndio de uma fazenda – Santa Leocádia- sob a liderança dos sertanejos, em setembro de 1914⁸. Não respeitando as promessas de tolerância os soldados e os jagunços atacaram sua fazenda:

*... O velho viu, de repente, sua vivenda contornada por um grupo de civis e de soldados desvairados. Reagiu sem resultados. As mulheres indefesas, de joelhos, tomadas de crises comoventes, aos gritos imploravam de balde o perdão para o chefe ancião... Por fim, que lhes fizessem disparos e lhes dessem o mesmo fim do marido e pai trespassados sumariamente, gritavam aflitamente as mulheres! Nada penalizou, porém, aos atacantes. Deixar por terra os varões de uma desgraçada família, foi a obra rapidamente executada. E, constrange completar o episódio: como complemento à loucura bárbara, um tipo da escolta, pronunciando uma frase estúpida, espetara, num requinte de covardia, a sua agudíssima baioneta no peito do corpo já derreado do velho Polaco...
Trágica indignidade.*

⁸ Ao relatar o ataque à fazenda Santa Leocádia, Mauricio Vinhas de Queiroz (1981) afirma ser ela propriedade do coronel Arthur de Paula e Souza, p. 175.

*O troço regressou do combate... blasonando uma vitoriosa sortida.
Basta. Paremos por aqui.. (Peixoto, op. cit, p. 25).*

Esse recurso literário confere maior dramaticidade ao texto, deixando nas entrelinhas um certo ar de indignação do narrador perante a violência do acontecimento, o que pode ser percebido também nas palavras utilizadas para descrever a celebração sobre o “sucesso” da arremetida: “o troço regressou do combate... blasonando uma vitoriosa sortida” (idem).

Como exemplo de uma aproximação entre história e ficção nas obras dos memorialistas da Guerra do Contestado vale citar ainda o tratamento dispensado à natureza, geralmente retratada como um quadro, uma imagem a ser contemplada e ao mesmo tempo respeitada e temida. A guerra figura nesse cenário como uma luta entre civilização e barbárie, confundindo-se em determinados momentos das narrativas desses oficiais carrascos e vítimas (conforme fica subentendido no fragmento acima). J. Pinto Soares ao relatar os escombros do combate de Caraguatá realizado em março de 1914, imortalizou a brutalidade da guerra:

O quadro que apresentava aquela restrita facha do terreno acidentado era profundamente horrível: num áspero torvelinho de sangue e pólvora: cabeças rachadas de meio a meio, braços decepados, cadáveres mutilados, terríveis depredações dos afiadíssimos facões manejados por possantes pulsos ao serviço de uma causa ingrátíssima. (Soares, op. cit. p. 43).

Convém aqui traçar um paralelo dessa citação com a leitura feita por um intelectual acerca de *Os Sertões*. Berthold Zilly, professor do departamento de literatura latino-americana da Universidade Livre de Berlim foi responsável pela tradução alemã de *Os Sertões*. Ele apresenta a obra de Euclides da Cunha como uma “encenação pictórica e teatral da guerra”, e ao interrogar-se sobre a imortalidade dessa obra a atribui não à fidelidade aos fatos, nem tampouco às teorias evolucionistas sobre as interações entre raça e civilização, mas à sua polissemia ao condensar diversos gêneros literários. Conforme as palavras desse pesquisador:

A estrita preponderância da função referencial obrigaria o autor à objetividade, à sobriedade, à pesquisa sistemática e paciente das fontes históricas e, sobretudo, à coerência intelectual, isto é, à adoção de um ponto de vista relativamente fixo, o que excluiria visões contraditórias, a empatia com os 'jagunços', o registro de fenômenos sobrenaturais, notícias falsas como o assassinato da mulher e da mãe pelo Conselheiro. Excluiria, enfim, a multiplicidade de vozes e perspectivas. A coerência intelectual e ideológica, indispensável em um livro didático ou acadêmico, é substituída pela coerência estética e estilística. A arte não apenas ajuda a captar melhor a complexa realidade do sertão, como também sugere melhor ao leitor as visões contraditórias que dela tem o autor. (Zilly, 1999, p.5).

Destacando a literariedade de *Os Sertões* como responsável pela sua sobrevivência e atualidade, Zilly embrenha-se por uma análise estética da guerra confundida com a própria obra de Euclides. No caso dos memorialistas do Contestado também é marcante a presença de recursos literários na elaboração da narrativa. Num dos diversos momentos de inspiração poética de Assumpção ele descreve o encontro da Coluna Sul da qual fazia parte com o fazendeiro Francisco Pires:

A tropa já havia descido as abruptas costas da Serra do Mar quando avistamos um cavaleiro de compleição robusta, de cor clara e com grandes bigodes de pontas caídas: era um belo tipo gaúcho. Vestia calças pretas bombachas, tendo aos lados, sobre as costuras, botões brancos à fantasia; em volta do pescoço, num laço desataviado, com as pontas pandas enfunadas ao vento, trazia um grande lenço de seda preta; sobre a cabeça um chapéu de feltro, de abas largas, e, preso à cinta, um belo revólver Smith & Wessons, de alma longa; o seu calçado eram vistosas botas com cano em forma de fole de concertina, adornadas, na cinta superior, com grandes fivelas de metal prateado. (Assumpção, op. cit. p. 45).

Em sua descrição o autor fez questão de apresentar todos os pormenores da indumentária do cavaleiro, o que aparentemente seria dispensável numa narrativa que almeja relatar os fatos verídicos de uma guerra. Possivelmente o autor sabia disso, mas também sabia que tais

minúcias criavam um efeito de veracidade além de uma força e agilidade na narrativa que cativava o leitor.

Dentro dessa concepção, uma análise do enredo desses memorialistas pode oferecer ao historiador uma oportunidade para se aproximar da visão de mundo dos oficiais e principalmente denunciar as estratégias discursivas utilizadas para vencer os considerados inimigos, isso porque, suas respectivas concepções de história orientaram suas ações e projetos no campo de batalha. Seguindo as trilhas de Peter Gay (1990) observamos que esses memorialistas deixaram impresso um estilo em suas obras, e este, no entender desse autor

... é um instrumento da razão prática. As palavras, com certeza, fazem muitas coisas: transmitem informações, demonstram afeto, expõem advertências; é freqüente serem a transcrição verbal de emoções sem retoques. Mas o estilo é a utilização de meios para um fim, embora, como bem sabemos, também possua seu lado passional e faça suas revelações involuntárias (p.25-26).

O estilo, nesse caminho, é mais que uma inspiração regida por um “dom” e amparada em moldes tradicionais, é também uma postura frente a vida que pode permitir o acesso ao universo do autor e também a época na qual está inscrito.

O que nos remete novamente à análise empreendida por Zilly ao destacar que no caso de Euclides “as contínuas incursões na literatura não são apenas uma questão de gosto estético, mas também uma postura intelectual”(op. cit. p. 5). Sendo assim, a narrativa dos oficiais memorialistas da Guerra do Contestado, longe de ser apenas floreios é também uma estratégia, construindo um olhar sobre a guerra a partir do lugar social de quem está falando. A beleza e a expressividade de seus relatos, embora compartilhando dos elementos de uma ficção, não os desvalidam como construção da experiência da guerra.

Um olhar voltado para a narrativa construída por esses oficiais desmitifica e desnaturaliza seus textos, deixando aberto um caminho por onde se visualiza a mobilização de argumentos que no seu enredo busca

ressaltar o papel quase que supra-humano do exército, numa empreitada em que os louros da vitória são atribuídos não apenas às forças legais, mas a nação, a república, a religião, enfim, a “civilização”.

No discurso dos memorialistas há também importante ênfase na desqualificação do movimento do Contestado e dos próprios sertanejos, destituindo-lhes a palavra e impondo-lhes classificações estereotipadas. Diante da inviabilidade de relegá-los ao silêncio, uma campanha de neutralização e descaracterização de suas ações foi amplamente mobilizada por meio dos jornais da época e das obras dos oficiais do exército.

De acordo com Bourdieu (1998) um processo de desqualificação necessita de uma coerência geralmente fundamentada na autoridade de quem fala, bem como do lugar do qual o discurso é proferido e do público que visa atingir. Além disso, para que seja efetivo deve ser firmado nas crenças ou na visão de mundo do público alvo.

Nos relatos dos memorialistas da guerra esse recurso de desqualificação é amplamente empregado. Os oficiais frisando a autoridade que julgavam instituídos, tanto pela formação quanto pela presença no teatro das operações, intensificaram suas representações sobre o conflito destituindo e ao mesmo tempo construindo novos olhares sobre a guerra.

Além da mobilização das insígnias que os qualificavam como os porta-vozes do que ocorria nos sertões catarinenses (como a formação militar e literária que os diferenciava do *outro*) recorria-se a uma imagem de barbárie creditada ao campo a fim de justificar suas ações.

Assumpção, por exemplo, dota os sertanejos de um caráter selvagem e animalesco, geralmente valendo-se de sua autoridade ao destacar seu papel de juiz imparcial da história que testemunhou, portanto, foi fiel ao que viu, o que pode ser apreendido na descrição que faz de um episódio por ele considerado corrente no interior do movimento. Segundo esse oficial, em novembro de 1914 o “bandoleiro” Maurílio Gomes, pertencente aos 12 pares de França, descrevera o “suplício da estaca” ao qual eram submetidos os traidores do movimento. Em sua narrativa Assumpção deixa claro que procura reproduzir com suas palavras o pensamento de Maurílio por considerar sua linguagem “rude, obscura e de difícil compreensão”; em seguida passa a descrever o suplício:

O suplício da estaca, mais cruel que o antigo da estrapada e muito peor que o dos espinhos do Ganges, descripto por Verne, ou, mesmo, que o das árvores, de Schinis, o célebre ladrão de Corintho, de que nos fala a fábula, consiste no seguinte, conforme as explicações do meu curioso interlocutor: amarra-se fortemente a victima com os braços para traz e as pernas unidas e, em seguida, dá-se um talho abaixo do queixo, na região supra-hyoidéa, no qual se introduz a ponta afilada de uma longa estaca. Feito isto, ella é solenemente erguida e solidamente fincada ao chão, já para isso preparado, tendo na outra extremidade o peludo pendurado pelo queixo. Depois que entre dores atrozes, seguidas de uma agonia terrível e demorada, a morte vem terminar seus cruciantes sofrimentos, é o seu cadáver atirado à vara de porcos, para a sua engorda. O fanático nunca enterrou o cadáver do seu inimigo. (op. cit. p. 77).

Vale destacar nessa “tradução fiel” do pensamento do *outro* as interferências do narrador acrescentando valorações pejorativas. Assim, antes de ser apresentada a fala é destituída de autoridade. Da mesma forma que o relato é iniciado com os juízos de valor de quem escreve, também conclui com seu veredicto: “e assim, sujeito a esse suplício, quasi que inacreditável, nas ancias de uma angústia indescritível, morreu o fazendeiro Chicuta Tibres! Parece incrível que haja ente humano capaz de tão nefanda torpeza”(idem).

Essa descaracterização inicialmente centrada na suposta crueldade dos sertanejos é estendida à ausência de asseio, vivendo eles, conforme representação, em espaços dignos das mais selvagens espécies:

*Da longa exposição de Maurilio, conclui, como tive mais tarde ocasião de certificar-me, que os acampamentos dos bandidos eram centros tétricos, aterradoramente macabros, pois esqueletos de animais sacrificados à alimentação dos fanáticos e das suas famílias misturavam-se com ossadas humanas, de permeio de detritos de toda a ordem, restos de carne putrefacta e fezes espalhadas, infeccionando o ambiente em que viviam...
Esses factos constituem a mais inconclusa prova do idiotismo desses monstros humanos, da incontestável estupidez desses malfeitores, e seriam extremamente cômicos si tudo isso não fosse infinitamente doloroso, si*

não confrangesse bastante o meu coração ao dizer verdades como estas. (Assumpção, op. cit. p. 78).

Arrematando a descrição do relato, Assumpção não apenas imprime seus preconceitos sobre o movimento como se atribui o papel de juiz, tentando adotar uma postura distanciada e superior em relação aos sertanejos, principalmente quando ressalta seu pesar diante de tais constatações.

As análises de Pierre Bourdieu (1998) sobre a linguagem e o poder simbólico vêm ao encontro de uma proposta de análise que busca mostrar o processo de desqualificação empreendido através da escrita pelos memorialistas da guerra. Segundo esse autor:

*Não encontrando nada de novo para redizer ao mundo social tal como ele é, os dominantes se esforçam por impor universalmente, mediante um discurso inteiramente marcado pela simplicidade e pela transparência do bom senso, o sentimento de evidência e necessidade que este mundo lhes impõe; tendo interesse no *laissez faire*, eles trabalham para anular a política num discurso político despolitizado, produto de um trabalho de neutralização (ou melhor, de denegação) que visa restaurar o estado de inocência originária da *doxa* e que, estando orientado para a naturalização da ordem social, sempre acaba tomando de empréstimo a linguagem da natureza. (op. cit, p. 121).*

Sobrepondo-se ao discurso de Maurilio, Assumpção apelou para uma linguagem da natureza ao valer-se de adjetivos aparentemente simples como indicadores de qualificação de todo o movimento. Idiotismo, estupidez e malfeitores são designações não apenas alicerçadas numa visão estereotipada sobre os habitantes do interior do Brasil como revestida de uma possível prova que seria a transcrição fiel do relato de um testemunho do conflito.

Esse processo de desqualificação empreende também uma visão sobre a guerra que delimita o considerado justo e o criminoso; o certo e o errado; o permitido e o desviante. Tal visão é alicerçada naquilo que os oficiais denominam de guerra dentro dos limites de civilidade, expressão

corrente nos círculos militares e definida por John Keegan (1995) como aquela permitida, ou circunscrita pelas instituições de Estado.

Para esse autor “os limites da guerra civilizada são definidos por dois tipos humanos antitéticos, o pacifista e o “portador legal de armas”. (...) Nossa cultura busca compromissos, e o compromisso ao qual chegou sobre a questão da violência pública é desaprovar sua manifestação, mas legitimar seu uso. O pacifismo foi elevado a um ideal; o porte legal de armas – sob um código rigoroso de justiça militar e dentro de um *corpus* de leis humanitárias – foi aceito como uma necessidade prática” (op. cit. p. 21). A utilização da violência como forma de pacificação é justificada segundo as estratégias militares, em sintonia com as idéias de Keegan, por corresponderem a uma forma particular de guerra. Nela os ideais seriam de interesse nacional; a disciplina limitaria os excessos e advogaria de forma imparcial, estando circunscritos aos interesses públicos.

Jean-Pierre Azéma (1998), propondo uma leitura política da guerra, questiona essa construção autorizada de guerra dentro dos limites de civilidade, contrapondo-se, por conseguinte, a formulação de Keegan. Azéma analisa as bases sobre as quais se ergueram os pilares consagrados sobre a guerra e sua função, questionando:

podemos nos limitar a uma visão europocêntrica? Certamente não. Isto quer dizer que os dirigentes das nações ricas estão em condições de impor urbi et orbi uma abordagem política da guerra que, ao mesmo tempo que pretende ser tranquilizadora, porque racional, conforta globalmente seus interesses? Nada é menos seguro (op. cit. p. 435).

Daí podemos apreender que as construções racionalizantes, já consagradas para além dos círculos militares, além de naturalizar a violência, camuflam seu conteúdo e responsabilidade política além de dissimular os crimes e tantas outras violências cometidas em nome da ordem. Pensar a guerra dentro dos limites autorizados é conferir legitimidade aos abusos de poder e assassinatos realizados e, conseqüentemente, negar a existência e organização do outro, no caso deste trabalho do movimento dos sertanejos reunidos na região contestada. Ao

rever essa construção, invertemos as representações de Assumpção estendendo a fúria animalesca atribuída aos guerrilheiros dos sertões catarinenses à ação também dos homens protegidos sob as asas da denominada força oficial. Isso porque num combate os instintos são aflorados, e os “limites de civilidade” dificilmente são preservados, principalmente numa guerra de guerrilhas como foi no Contestado. É do próprio Assumpção as palavras sobre o combate travado pela Coluna Sul em Santa Maria:

A sanha dos bandidos redobrava de furor. Do nosso posto ouvíamos os seus gritos, que eram verdadeiros rugidos cheios de feridade. Adeodato, o nefário cabecilha, estava imane. A voz do mazorro, muito rouca, emitida pela sua laringe anormalizada por uma barifonia, pronunciava frases infandas, numa importuna batologia, insultos soezes, vilanias nojentas... Era um Therieas do reduto que vomitava desprezíveis sandices (op. cit., p. 182).

Essa fúria animalesca relatada por Assumpção ao descrever os sertanejos, além de demonizar o outro, também pode ser lida como um recurso estético que nos apresenta os horrores de uma guerra. Lima Barreto ao publicar em folhetins do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro no ano de 1911, uma de suas mais significativas obras, já denunciava a barbárie de uma guerra e sua capacidade de liberar os instintos mais profundos do ser humano. Policarpo Quaresma, protagonista que inspirou o título do romance, em carta destinada à sua irmã, assim descreve sua impressão sobre um combate:

Querida Adelaide. Só agora posso responder-te a carta que recebi há quase duas semanas. Justamente quando ela me chegou às mãos, acabava de ser ferido, ferimento ligeiro é verdade, mas que me levou à cama e trar-me-á uma convalescença longa. Que combate, minha filha! Que horror! Quando me lembro dele, passo as mãos pelos olhos como para afastar uma visão má. Fiquei com horror à guerra que ninguém pode avaliar... Uma confusão, um infernal zunir de balas, clarões sinistros, imprecações – e tudo isto no seio da treva profunda da noite... Houve momentos que se abandonaram as armas de fogo: batíamos à baioneta, a coronhadas, a machado, facão. Filha: um combate de trogloditas, uma coisa pré-histórica.(1997, p. 166).

As palavras de Policarpo, se comparadas ao texto citado anteriormente, minam a própria visão de uma guerra civilizada. Em Lima Barreto, a consciência de tais atos partiu do próprio protagonista, no caso aquele que supostamente se encontrava ao lado da “ordem” e da “justiça”. No Contestado a ferocidade é atribuída ao outro, aos fanáticos, famigerados, boçais, bandidos, sanguinários, selvagens, animais... Mas se o autor não o faz, ao menos para nós, espectadores distantes, fica uma questão, que possivelmente fora levantada pela sociedade da época, por alguns soldados e oficiais; a mesma questão formulada por Lima Barreto e constatada por Policarpo Quaresma no front: a incerteza da necessidade de tanta morte, a dúvida sobre a razão de estarem ali lutando contra sertanejos que num primeiro momento buscavam vivenciar suas crenças religiosas; a necessidade de realmente ser necessário exterminar “numa luta inglória” tantas famílias. Caso assim não fosse, como justificar tanto empenho em desmoralizar o outro, valendo-se de descrições que beiravam a animalidade? Ainda recorrendo à obra de Lima Barreto, persegue-nos, leitores e espectadores do Contestado, a suspeita:

Eu duvido, eu duvido da justiça disso tudo, duvido da sua razão de ser, duvido que seja certo e necessário ir tirar do fundo de nós todos a ferocidade adormecida, aquela ferocidade que se fez e se depositou em nós nos milenários combates com as feras, quando disputávamos a terra a elas... E não vi homens de hoje; vi homens de Cro-Magnon, do Neanderthal armados com machados de sílex, sem piedade, sem amor, sem sonhos generosos, a matar, sempre a matar. (op. cit. p.166).

A constatação de Quaresma no palco da guerra possivelmente repercute de forma universal os questionamentos que perpassaram a imaginação de inúmeros soldados, oficiais, civis e políticos durante a guerra, mas que também não os impediram de matar ou mesmo se calar diante dos crimes cometidos no *front*. Na condição de profissionais que lidam com o passado, mas que também têm um compromisso político com a realidade à qual vivemos, penso ser importante destacar a perda de

sensibilidade que geralmente temos ao ver estampado na imprensa fatos relacionados aos crimes de uma guerra.

Nessa empreitada a construção narrativa é tão importante quanto o compromisso com a “verdade referencial” do historiador, isso porque é através dela que se imortaliza os feitos e se desperta a sensibilidade do espectador. Se alguns historiadores ainda se recusam a admitir a relevância da construção textual em seu trabalho, o mesmo certamente não fora compartilhado pelos memorialistas do Contestado.

II – Possibilidades

1- O Problema do Sertão

O trânsito entre história e ficção tem sido cada vez mais freqüente. O que não significa dizer que as barreiras tenham sido destruídas, mas percebemos que tais limites têm se tornados cada vez mais tênues. O historiador Edgar De Decca (1996), preocupado em narrar os massacres cometidos nos governos republicanos, viaja entre a chacina de Eldorado dos Carajás, do Carandiru, da Candelária, do Contestado e de Canudos, tendo como fio condutor a obra de Lima Barreto no momento em que denuncia as mortes ocorridas na revolta da Armada.

Segundo esse autor, a comparação das narrativas de massacre ocorridas em Eldorado e Canudos com a experiência vivida pelo protagonista do romance de Barreto poderia suscitar no historiador o questionamento acerca da veracidade dos fatos narrados em sua obra prima. Sendo assim, afirma:

Afinal, não existem registros documentais que comprovem ter havido um major Quaresma, que teria lutado ao lado das forças do marechal Floriano durante a revolta da Armada e que teria sido abandonado nas prisões, por ter se pronunciado contra o massacre de inocentes pelas forças militares da república. Um outro historiador poderia ser menos categórico. Investigaria a revolta da Armada e procuraria pistas para confirmar o relato deste tal Quaresma. Procuraria descobrir se os eventos relatados foram reais e apenas os personagens da narrativa, fictícios (op. cit. p. 03).

Com isso, constata De Decca:

Em ambos os casos, entretanto, haveria da parte dos historiadores a tentativa de relacionar as narrativas com os seus referentes, isto é, com os eventos reais, que elas estariam se referindo. Isto porque, já no início havíamos advertido que, estaríamos procurando as vítimas da república. Pela escolha do problema o historiador recorta, seleciona e interrelaciona documentos. Nesse sentido, O triste fim de Policarpo

Quaresma, de Lima Barreto é recortado, justamente, no momento em que a narrativa se condensa no relato dos momentos finais da revolta da Armada, quando são cometidas as atrocidades contra os revoltosos. O relato de Quaresma é dramático e se ainda não temos pistas para encontrar o seu referente acontecimental, ele deixa transparecer a idéia de que, na literatura, o tema dos massacres republicanos é muito atraente (Ibidem).

As questões levantadas por De Decca servem de mote para o desenvolvimento deste capítulo. A proposta aqui é de refletir sobre os projetos não concretizados, negligenciados pelas autoridades e frequentemente lançados ao esquecimento nas pesquisas históricas, os desejos que não vingaram, mas que compuseram a constelação de possibilidades para dar fim à Guerra do Contestado.

Situada num devir a literatura e também o recurso literário empregado nas obras dos oficiais do exército, pela sua capacidade de universalização, conseguem romper os laços do contingente e caracterizar um drama existencial, as vontades e sentimentos coletivos que afligem uma sociedade, tanto quanto chamar a atenção do leitor para as cenas que se dispõe a retratar.

No caso dos relatos sobre a Guerra do Contestado, as possibilidades para abafar o conflito sem o completo extermínio dos sertanejos foram elaboradas e propagadas pelas mesmas figuras que cuidaram de imortalizá-la por meio da escrita. Isso exige um tratamento cuidadoso de tais informações, confrontando suas respectivas posturas com as idéias presentes nos relatos. No entanto, vale destacar que descartamos aqui uma rígida separação entre discurso e ação, pois entendemos que uma vez enunciadas, as palavras tomam um corpo que fala, gesticula e/ou sugere mais do que diz (Bourdieu, 1998; Rancière, 1995). Sendo de acordo com a visão de Rancière ao afirmar que “não é porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber, em primeiro lugar, que ela é coisa política. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição” (op. cit. p.170). Com isso enfatizamos que é na alegoria da guerra que

encontramos os elementos políticos que permearam as intenções ou anseios políticos dos memorialistas, mesmo que esses não tenham se concretizado.

Elaborados, divulgados e defendidos pelos oficiais do exército que lutaram nos sertões catarinenses, esses espaços possíveis, embora em sua maioria não tenham vingado, fizeram parte do arsenal simbólico e imaginário incentivando a ação ou projetando caminhos para o conflito. Com isso atuaram estimulando expectativas que muito contribuíram para a ofensiva militar contra os sertanejos.

As críticas elaboradas pelos oficiais do exército indicam caminhos politicamente ignorados como solução final para a guerra nos sertões catarinenses. Essas possibilidades compreendiam desde o respeito às crenças e religiosidade dos sertanejos, o desejo de civilizar através da educação e da religião, até a distribuição de terras aos antigos posseiros desapropriados após o advento da república e consolidação do capitalismo na região, representado pela construção da *Estrada de Ferro Brazil Railway* e sua subsidiária a empresa de colonização e madeireira *Lumber*⁹.

Os oficiais do exército que participaram do conflito colheram todos os materiais que julgaram úteis para descrever e apresentar o movimento dos fanáticos e traçar-lhes um perfil. Além da observação minuciosa sobre o relevo, a vegetação, o clima e os costumes locais, esses oficiais valeram-se de entrevistas com sertanejos presos pelo destacamento ao qual estavam alinhados. Seus desejos de recolher informações que seriam agrupadas em volumes sobre a história do movimento e, por conseguinte, contribuir para imortalizá-los, destacam-se desde o início de sua atuação no campo de batalha.

Se por um lado pode-se afirmar que seus relatos estão comprometidos com o lugar social do qual falavam, tendo por princípio a obediência, a hierarquia e o culto e exacerbação de um patriotismo ao qual se viam como os maiores defensores, por outro lado compartilham uma certa crítica à politicagem comprometida com fraudes eleitorais, desmandos administrativos e perpetuação da ignorância em todo o país. Tais críticas

⁹ A tese da entrada do capitalismo através da instalação da estrada de ferro foi desenvolvida por Duglas Teixeira Monteiro (1974).

estariam relacionadas à visão de que os elementos citados bloqueavam o progresso e desenvolvimento do país.

Vale destacar que malgrado as memórias desses oficiais possam estar comprometidas com sua posição, são elas uma das raras fontes que dispomos para visualizar o movimento, suas ações e táticas. Ou seja, mesmo que distorcidas, quando não manipuladas, as memórias dos oficiais do exército que tomaram parte do combate contra os sertanejos, são fontes valiosas, pois além de inserir o pesquisador no mundo dos militares, também permite que este conheça e visualize os próprios sertanejos. De acordo com Jacque Rancière:

Não há, nós o aprendemos, ciência senão do escondido. E a produção desse escondido é uma operação poética essencial à constituição do saber histórico. É necessário ainda entendê-lo bem e não ceder à imagética populista que nos mostraria o historiador escondendo as cartas e fechando o armário para assegurar seu privilégio de erudito despojando o povo criador e sofredor de seu saber e de sua vez. Classificar as cartas de amor que dizem sempre mal o que elas significam, é subtrair não a carne viva do povo mas ao contrário sua ausência de carne. É subtrair a ausência ou traição que está no coração da carta de amor a mais sincera: a traição que consiste simplesmente em que, por trás das palavras, não há nunca senão palavras, ausência que a literatura, segundo o uso de seus poderes, expõe e dissimula. (1994, p.60).

A metáfora estabelecida por esse autor entre os textos históricos e as cartas de amor pode ser aplicada também às memórias oficiais sobre a guerra, pois tais memórias também significam mais do que simplesmente dizem. Cabe aos pesquisadores tocados e devidamente equipados com as perguntas e instrumentos cabíveis, buscar as palavras ocultas na dissimulação do discurso oficial. Tal metodologia é bastante explorada quando a fonte é uma obra de ficção, no entanto pode causar ainda estranhamento a pesquisadores comprometidos com “a verdade”, conforme apontado por De Decca no texto citado. Vale destacar que historiadores como Nicolau Sevcenko (1992), Modris Eksteins (1992), Jacques Rancière (1988), entre tantos outros, vêm mostrando como uma pesquisa articulando

passado e presente não precisa abrir mão de recursos tradicionalmente considerados “ficcionalis” para a construção de uma história.

Quanto às memórias dos oficiais do exército sobre a Guerra do Contestado, a proposta aqui é de percebê-las nesse entremeio entre a literatura e a história; entre um relato comprometido com o lugar ocupado por quem profere a palavra, mas também interessado, de forma oculta e simulada, no outro: o sertanejo e suas mazelas. Essa postura pode ser percebida enfatizando, nas memórias oficiais da guerra, as angústias, divergências e possibilidades latentes no momento do conflito.

Essa guerra iniciada oficialmente com o conflito do Irany em 1912 prolongou-se com a formação dos redutos crentes em João Maria, teve seu desfecho final com a prisão de Adeodato Ramos, último líder dos sertanejos, em 1916. No que diz respeito à atuação do exército nacional essa guerra, de forma simplificada pode ser dividida em dois momentos específicos: o primeiro deles marcado pela incerteza quanto à necessidade real de intervenção do exército, tanto quanto pela cautela de alguns oficiais no que diz respeito à interferência nas lutas políticas locais; buscavam, assim, uma estratégia militar voltada para a tentativa de livrar a região e o movimento de personagens considerados manipuladores e bandidos infiltrados entre os “fanáticos”. O segundo momento seria a nova postura dos oficiais após a morte do Capitão do exército – Matos Costa – e atuação, como chefe das forças em operação no front, do General Setembrino de Carvalho a partir de Setembro de 1914.

Desde o início das operações militares no Contestado, as divergências da oficialidade quanto à postura a ser adotada marcou e intensificou suas ações quanto aos sertanejos. A tentativa de isentar-se das disputas políticas presentes foi um elemento marcante na atuação desses oficiais. O que por outro lado não os impediu de criticar, mesmo que sob pseudônimos¹⁰, tanto os coronéis da região quanto o governador de Santa Catarina.

¹⁰ Muitos oficiais escreviam para os jornais da época adotando pseudônimo e uma das mais extensas e completas obras dos memorialistas da guerra, foi publicada sob o pseudônimo de Cliverário Marcial, que sabemos atualmente, chamar-se Demerval Peixoto.

As críticas recorrentes se referem ao descaso com que os poderes públicos tratavam o interior do país, deixando-o abandonado, sem instrução educacional, orientação religiosa e assistência médica. Desse modo, a causa principal apontada, pelos oficiais do exército, para os males que afligia os sertanejos do Contestado seria, portanto, a ignorância: consequência do descaso do governo.

Na visão predominante da época, o habitante do interior estava entregue às credices populares, engodos e aos farsantes religiosos. Perante os tenentes memorialistas da guerra, o caminho que levou ao fanatismo foi a ignorância, nesse sentido, destaca-se uma intenção de conhecer esses revoltosos, atribuindo-lhes um papel de vítimas do destino, tanto quanto de alguns “espertalhões” infiltrados no movimento.

Junto da ignorância, aparece também o que os oficiais chamam de banditismo. A presença de bandoleiros, deixados em liberdade pelos governos, teria influenciado na força e resistência dos sertanejos, impedindo uma ação eficaz e imediata do exército à repressão ao conflito. Tais bandidos, nas memórias dos oficiais, circulavam livremente na região, armados e em alguns casos municiados por coronéis locais. É possível perceber nesses discursos, que embora as causas da revolta tivessem como mira os sertanejos, a crítica e a responsabilidade principal recaíam sobre os governadores, pois a eles competia cuidar da instrução educacional e religiosa, bem como punir e erradicar o banditismo na região.

A possibilidade do movimento representar um desejo de autonomia política questionando, e até mesmo se contrapondo ao domínio político dos coronéis, motivou muitos políticos na região a temer a organização dos sertanejos. Francisco de Albuquerque, Superintendente de Curitiba, foi o primeiro a delatar o ajuntamento de fiéis em torno do monge José Maria no ano de 1912. Sendo aliado político do então Governador Vidal Ramos, Albuquerque teria solicitado a presença do monge em sua casa após ter notícia de uma possível relação deste com seu adversário político Henrique Rupp. A não subordinação do monge José Maria teria motivado a queixa ao governo estadual, sob a alegação de que nos arredores de Taquarussú estaria nascendo um movimento que pregava o retorno da monarquia.

Dessa forma seria organizada a primeira expedição militar contra os sertanejos. Sendo, portanto, uma ação movida pelos interesses políticos.

Rupp Junior reproduz essa idéia corrente entre muitas das forças oficiais de que o embrião dessa revolta seria as contendas e interesses politiquieiros:

Doía-me, revoltava-me, ver a ignomínia que pesava sobre todo um município pacato e feliz e da qual o único responsável, que há de ser conduzido pela gola ante o Tribunal da História e amaldiçoado pela posteridade era e é o senhor Francisco Albuquerque.

Doía-me, revoltava-me a atitude dos nossos políticos, que, conhecendo-lhes os erros, conhecendo-lhe as ações funestas, procuravam a todo transe sustenta-lo.

E dentre esses políticos, dentre estes pretendidos orientadores de facções partidárias avultava e avulta o senhor coronel Vidal Ramos.

(...) Havia ali uma infernal máquina eleitoral. Aproximava-se o dia das eleições, e os eleitores não compareciam; mais o resultado era certo – As atas falsas supriam tudo.

Em todas as almas lavrava o descontentamento, ninguém porém se animava a reação.

Foi preciso que surgisse o caso dos fanáticos para que o povo, cansado de sofrer, levantasse a cabeça, há tantos anos envergada, para tentar sorver a largos haustos o ar da liberdade. Albuquerque corrido de Curitiba, incendiada sua casa, andou como judeu errante durante mais de um ano pelos municípios de Lages e São Joaquim. Ausente, serenaram as perturbações políticas.

(...)

Convenci-me de que o caso de Curitiba não é um caso individual, era um caso social (Jornal O Estado, 14/10/1915).

Outro elemento bastante destacado nas memórias oficiais como uma das causas do conflito é a presença marcante da *Brazil Railway and Colonization*, pertencente ao norte-americano Percival Farquar e responsável pela construção da Estrada de Ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. Essa companhia era a responsável pelo transporte terrestre seja de pessoas, seja de víveres, colocando à disposição das forças legais um maquinário obsoleto que atrasava a entrega de materiais e prejudicava as ações militares na região. Tal procedimento acirrava o discurso patriótico e nacionalista entre os oficiais, pois se de um lado a estrada de ferro figurava como símbolo do progresso e desenvolvimento,

por outro lado, não estava prestando serviços adequados à nação e ao exército. Segundo as queixas a empresa estava lucrando com a guerra sem primar pela qualidade. O que pode ser observado na declaração de um oficial:

Volvendo, nesse período preparatório da expedição, um olhar para a São Paulo-Rio Grande, essa interessantíssima via estratégica que põe locomotivas, depois de ligeiros reparos, ao serviço da Nação, sob caríssimo preço, ficamos verdadeiramente desolados. Essa estrada de ferro destinada a grandes movimentações de forças do norte ao sul, demora oito dias a compor um trem militar necessário a 350 homens, arrecadando os carros velhos pelos depósitos!.. (Peixoto, 1995b, p.34).

Essa questão sugere um elemento pouco explorado na Guerra do Contestado que é a economia da guerra, ou seja, os lucros e despesas movimentados nesse combate. As informações que disponho acusam uma crescente alta no comércio paranaense, rendendo reclamações de páginas e páginas na imprensa catarinense. Se for levado em conta o fato de que o centro do comando das operações de guerra estava situado em Curitiba, pode-se apreender que o comércio dessa capital acabou sendo beneficiado, mas também existem relatos de que a empresa catarinense *Karl Hoepcke* possuía relações comerciais com a região, além de ser responsável pelo transporte marítimo dos representantes legais ao longo do litoral catarinense.

O problema da terra também figurou entre os memorialistas como um elemento que teria dado origem à revolta dos sertanejos. Ao ser permitida a construção da Estrada de Ferro o governo brasileiro concedeu uma faixa de terra ao Grupo *Farquar* de 15 km de cada margem, podendo usufruir como bem entendesse de tais concessões (Queiroz, 1981). Isso levou muitos habitantes, posseiros há décadas na região, a perderem suas terras por não possuírem o título de propriedade das mesmas. Obrigados a deixar suas posses, às vezes coagidos pelos jagunços a serviço da estrada de ferro, muitos desses antigos habitantes se revoltaram contra o governo estadual e também federal, visto serem eles os responsáveis legítimos dessas expulsões. Como tudo isso era feito em nome do governo

republicano o descontentamento e rejeição à república ganhava destaque entre os sertanejos.

O poder dos coronéis também foi alvo das críticas dos tenentes. A politicagem, a fraude nas urnas e o desmando de chefes locais aparecem como um dos elementos mais severamente criticados pelos oficiais. Seriam os coronéis quem insuflariam as divergências entre os sertanejos e alguns municípios, armando-os com o fito de coloca-los contra os seus adversários políticos. O general Setembrino de Carvalho, compartilhando dessa visão, constatou:

As causas determinantes da sublevação sertaneja ao sul do Paraná e, mais tarde, no interior de Santa Catarina, são, ainda agora, objeto de puras conjecturas. Da religiosidade primitiva daquelas gentes à questão de limites entre os dois Estados, tudo há servido para explicar os desmandos cometidos. Mas é certo que, entre tantos motivos invocados, o verdadeiro pretexto está na politicagem, que separa por interesses opostos, os cabos eleitorais de tais sertões. (1916 b, p.3)

Ainda há de ser destacada a chamada questão de limites entre Santa Catarina e Paraná. A disputa territorial entre os dois Estados divergia no ponto onde deveria ser fixado o limite que demarcaria as terras sob domínio de cada governo, figurando como um dos principais motivos que teria originado a insurreição sertaneja sendo, por isso, apresentada como uma das questões de maior urgência a ser resolvida.

Diante do exposto, os relatos oficiais sobre a guerra perseguiram uma origem, algo que tivesse desencadeado a organização dos sertanejos e sua sublevação contra os poderes constituídos. A busca constante por uma raiz e uma causa, são marcas de uma tradição ideológica, que sinaliza para as concepções e imaginários de uma sociedade. No caso do Contestado, o combate do Irani, região em litígio pelos dois Estados, ficou consagrado como o estopim da Guerra. Isso porque, entre outras coisas, ali padeceu o capitão João Gualberto, ligado às forças militares, e a figura aglutinadora dos sertanejos, o monge José Maria. Não querendo entrar no mérito da questão das origens e, principalmente, hierarquização das mesmas, gostaria de destacar que na cadeia montada pelos discursos oficiais, alguma coisa

parece ficar fora de ordem. Afinal se, como apregoado pelas construções apaixonadas dos oficiais e freqüentemente reproduzidas, o combate do Irani tinha “real” e “indubitavelmente” sido o estopim do conflito, como explicar o fato de que após tal combate os sertanejos tenham retornado para suas respectivas vilas sem a disposição de uma luta armada? Como entender o período de “calmaria”, ou ao menos sem agitação freqüente, entre os meses de novembro de 1912 a dezembro de 1913, quando então os sertanejos organizaram-se em torno da esperança do retorno de “São João” e “São José Maria”? E após organizarem-se nos denominados redutos de Taquarussú, como pensarmos a postura dominante dos sertanejos que era sobretudo rezar e aguardar o retorno dos monges?

Na tarefa constante de buscar as origens e os estopins do conflito, os oficiais foram apontando aquilo que consideravam as causas do movimento e com isso denunciando seu modo de ver a sociedade, bem como as medidas a serem tomadas para livrá-la do atraso econômico, político, social e cultural. É ilustrativa, portanto, a síntese do tenente Demerval Peixoto quanto aos males que assolavam os sertões catarinenses:

Houve certamente, assim, a espoliação de muita gente pacífica que vendo-se, de um momento para outro, privada dos bens e de modestas lavouras, preferiu hostilizar o progresso que lhes foi levar a miséria; preferiu tornar-se inimiga do governo que sancionava o ato, expedindo depois forças do exército para combatê-la. Era, pois, mais outra sorte de gente que estava sem armas sob a denominação de fanáticos. E, às armas foram ter também, como meio fácil de viver naquelas paragens, muitos trabalhadores da mesma estrada que se viram inesperadamente despedidos na longínqua região, ao ser concluído o ramal da linha de S. Francisco.

Fácil era calcular-se o verdadeiro estado da exaltação popular em uma zona que, além de contestada por dois estados, escondia no âmago escuro de bravias e inexploradas florestas crispadas de montanhas intransitáveis e de socavões, o fanatismo, o banditismo, o desespero, a reação contra a invasão da propriedade e a politicagem desregrada, tudo irmanado sob o único rótulo de fanáticos. Fora esta, sem dúvida, uma das tarefas mais cheias de surpresas, desde os preliminares da expedição. (1995 b, p. 33-38).

Gostaria de enfatizar que uma postura centrada em origens e causas pode comprometer o entendimento de uma pluralidade latente no dia a dia de personagens tirados do anonimato pelo discurso histórico, ceifando a complexidade, e mesmo contradição, inerentes a um movimento (Machado, 1996)¹¹. No caso do Contestado, pode ser citada a busca de alguns personagens em se notabilizar na qualidade de guerreiro como um importante elemento de adesão de sertanejos à Irmandade. Isso porque muitas pessoas movidas também pela necessidade de se firmar como líder, corriam ao encontro do movimento, como ocorreu no primeiro semestre de 1914, momento de maior adesão dos sertanejos ao movimento diante das vantagens que vinham conquistando sobre as forças consideradas legais. Alemãozinho é um personagem ilustrativo dessa postura.

Henrique Wolland, conhecido como Alemãozinho, foi desertor de uma canhoneira da Marinha Alemã – a *Panther* – e saíra pelo interior do Brasil em busca de aventuras (Queiroz, 1981). Na região contestada foi aceito no movimento em 1914 e instituído pela virgem Maria Rosa¹² a comandante dos 12 Pares de França¹³. Conforme documento atribuído à Maria Rosa, Alemãozinho atuaria mais pelo norte e leste de Santa Catarina, região que abrangia Papanduva, Iracema, Lucena e Rio Negro, Campo Alegre, municípios de Joinville e Blumenau. Vinhas de Queiroz afirma que através desse documento Alemãozinho poderia “trancar estradas” e “combater os *peludos*¹⁴” podendo juntar-se a outros comandantes em caso de necessidade de uma força maior. Para esse pesquisador as ordens de Alemãozinho foram muito severas:

Nos piquetes, ninguém devia falar alto, nem rir, nem beber. Não poderia entrar em casa alguma sem ordem do comandante. É proibido falar com qualquer

¹¹ O professor Paulo Pinheiro Machado vem pesquisando a transição das lideranças na Guerra do Contestado e com isso historicizando as motivações e comprometimentos das mesmas no interior do movimento. In: “Fanáticos, errantes e jagunços”: um estudo sobre as práticas políticas e sociais das lideranças do Contestado. Pré-Projeto de tese submetido à seleção junto ao Curso de Doutorado em História Social do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas, novembro de 1996 (mimeo).

¹² líder do movimento no ano de 1914, principalmente enquanto essa liderança esteve centrada no reduto de Caraguatá.

¹³ Tropa de elite no interior do movimento.

¹⁴ Os que não eram favoráveis ao movimento eram considerados *peludos* entre os sertanejos.

senhora sem que seja preciso. Recomenda-se que uns tratem os outros com o maior respeito. Ninguém tenha pressa de voltar, nem pergunte para onde vai, nem de onde vem. A quem desrespeitasse essas ordens, seria dado na forma um conselho em caso de reincidência, o indisciplinado sofreria surra a vara de marmelo, e, em caso extremo, seria morto. (Queiroz, op. cit. p. 55).

Não se sabe ao certo porque Maria Rosa o destituiu do poder, mas sua jornada de comandante foi rápida e não o agradou. Aproveitando uma declaração do general Setembrino de Carvalho prometendo garantia a quem se entregasse¹⁵, Henrique Wolland entregou-se e com ele muito dos homens que estavam sob seu comando, possivelmente em janeiro de 1915.

Atuando a favor das forças legais, Alemãozinho como profundo conhecedor dos redutos e das táticas sertanejas prestou grande serviço ao exército. Essa sua postura ainda não foi problematizada, cabendo-lhe apenas o epíteto genérico de traidor do movimento. Seja por falta de provas e/ou por uma tradição de simplificar as posturas de algumas figuras visto encontrar respaldo no público, a suposta traição de Alemãozinho sugere um caminho possível para que se pense a complexidade dos desejos amalgamados à situação vivenciada no cotidiano da guerra.

Paulo Pinheiro Machado (1998) embrenhou-se por esse difícil caminho ao discutir o papel de Adeodato Ramos na liderança dos sertanejos na fase final da guerra. Nesse ensaio o pesquisador ressalta a forte pressão sobre o movimento, o grande número de deserção e conseqüente auxílio de antigos sertanejos na localização e destruição dos redutos; além da grande ofensiva do exército e dos vaqueanos, exigindo maior cuidado e rígidas estratégias para a sobrevivência do movimento.

Num texto de muita sensibilidade e não menos ousado, Paulo Pinheiro Machado vai desconstruindo a imagem de sanguinário e bandido genericamente atribuída a Adeodato, oferecendo, com isso, uma interpretação diferente sobre esse personagem, situando-o no contexto

¹⁵ Essa declaração foi publicada no jornal catarinense *Folha do Comércio* no dia 07 de janeiro de 1915.

difícil da fase final da guerra ao mesmo tempo que explorando a complexidade das decisões por ele tomadas.

2- Preparando o Campo

Penso ser importante retomar os caminhos que antecederam a solução final adotada no Contestado, qual seja, as várias possibilidades existentes, ao menos nos primeiros anos da Guerra, e que circularam através da imprensa da época. Tais possibilidades estiveram intimamente relacionadas com as críticas levantadas pelos memorialistas em torno da politicagem e ignorância que no entender desses oficiais imperava na região e no Brasil. A erradicação desse mal era um dos principais elementos a serem combatidos, o que significava levar escolas para instruir e educar o povo. Na concepção dos oficiais era graças à falta de instrução escolar que os sertanejos se deixavam levar por crenças consideradas absurdas como a fé em santos e curas milagrosas, bem como se entregavam aos fastios da vida errante e do banditismo. Um oficial, médico do exército, assim se manifestou sobre o assunto:

O povo estava também com a lâmpada do ensino primário apagada. Sob o denso sombreiro do matagal que habitavam tão infelizes criaturas, a pantalha da ignorância ocultava o clarão luminoso da instrução. Não havia escola; faltava o professor, avis rara nos desvãos do interior daquele Estado. Apenas algumas cidades mais progressistas como Itajaí, Joinvile, Laguna, São Francisco e Blumenau, mereciam o premio de escolas subvencionadas pelo governo e com magistério capaz. Na zona propriamente serrana ainda o destino concedera a graça de na cidade de Lages haverem dois educandários consignáveis, o “Grupo Escolar Vidal Ramos” e o “Colégio Santa Cecília”, o primeiro mantido com pessoal idôneo, remunerado pelo governo, o segundo edificadamente organizado por freiras alemãs da irmandade “Santa Rosa”, nos quais a educação física, moral e intelectual tinham objeto pedagógico amoldado embora a condições do meio e do tempo. O restante das aldeias e vilas, entretanto, permanecia debaixo do quebra-luz da indiferença oficial pelo ensino. Faltava o professor. A escola padecia as mesmas mazelas da igreja. Os chefetes políticos mal acomodavam nos lugarejos alguns desocupados pernósticos da cidade à guisa de – mestre -, sem nenhuma tintura pedagógica, fervorosos leitores de jornais, discutidores peritos de politiquices, e, a mais,

com a epidêmica vocação de aplicarem a homeopatia. Esses vultos ociosos e incultos muita vez nem tinham higiene, nem moral para o grave mister. (Antunes, 1918, p.28).

A proposta de educação dos tenentes, de forma pragmática, tinha a função de inculcar os princípios de obediência às leis, a ordem e aos símbolos nacionais. Uma educação que disciplinasse o corpo e a mente, enfim, que varresse das plagas do Contestado a miséria, a ignorância – e porque não a rebeldia - que “entravavam” o progresso do país. Esse protótipo de educação pensado pelos oficiais e compartilhado por boa parte das elites brasileiras, tinha como modelo a organização e disciplinarização do próprio exército. Cabe salientar que essas idéias, maioria das vezes, não eram meras defesas demagógicas, em outras palavras, não eram planos com intuito de iludir, eram antes um desejo e um sonho desses oficiais. Eles acreditavam e, por isso, defendiam suas posições, tinham, nas palavras de Pierre Ansart, paixão pelo ofício e por suas crenças. Essa paixão fica mais bem evidenciada em uma passagem em que o tenente Assumpção também se manifesta acerca da ignorância:

Dois longos meses se passavam já e a negra Morte, ainda de emboscada – espingarda em punho, pontaria feita, visando sem ser avistada – vidas as mais preciosas continuava arrebatando à infantaria nacional, quando do comando em chefe as bandas marciais vibraram e ecoar fizeram quebrada em fora – não o hino da vitória, porque desgraçadamente combatíamos brasileiros, mas – cânticos de civilização, que o mestre-escola e não o soldado deveria em tempo ter entoado.

Falara altivo o canhão e acuara rouco o bacamarte, onde só se deveria ter ouvido a palavra convincente, suave e doce do professor. – Argumentos esquentados de “Krupp” “Winchester”, de preferência a preleções catequizantes de calmo educador.

- “Mallet” substituído por “Mauser”; “Faber” por “Maxim” – “Maillehort” em vez de “crayon”; em vez de “grafite” lâminas de “Essen”.

E guerrilhas em vez de aulas e trincheiras em lugar de colégios. – Chamadas de pelotões para onde somente se reunir deveriam turmas de educandos. (Assumpção, op. cit. p.429).

A responsabilidade sobre o abandono político da região é um elemento que se destaca nas críticas dos oficiais estando relacionado à falta de instrução escolar e religiosa dos povos do interior. Apresentando as mazelas dos sertões brasileiros, os oficiais denunciavam ainda as deficiências dos governantes em civilizar os povos, preocupados que estavam com as fraudes eleitorais e a manutenção do seu rebanho eleitoral.

Embora o exército tenha sido convocado para resolver o conflito e, principalmente, tenha se prestado, ou ao menos sido conivente, com a política de extermínio movida contra os sertanejos, não parece haver elementos que venham desvalidar, ou até mesmo suspeitar, suas crenças e projetos para o país. Mesmo que o fim trágico imputado aos sertanejos tenha se concretizado com um morticínio pelas mãos e/ou com o aval desses oficiais, isso não elimina seus projetos e sonhos para o futuro da nação. Suas ações foram frutos de uma conjuntura e opção política aparentemente pressionada pelos interesses dos coronéis da região; seus planos compunham uma constelação de ideais, desejos e projeções daquilo que esperavam para o país. Se estiveram equivocados ou não é outro assunto, mas penso ser importante destacar a existência dessa possibilidade nos debates sobre o fim da revolta.

Outro elemento presente na atuação do exército na Guerra do Contestado são as propostas que os militares tinham para a região e para o país, incentivando divergências internas sobre o papel do exército nesse conflito. A pergunta que permeava a sociedade e encontrava ressonância nos meios militares era a mesma: afinal de contas como justificar a ação do exército contra seu próprio povo? As respostas para tal questão são tão contraditórias - e por isso mesmo inquietantes - quanto à ação do exército na guerra. Isso porque os oficiais, e o próprio presidente da República, sabiam que a politicagem era um forte elemento presente na região e que enfrentariam sérios problemas para não se envolver nas querelas políticas. Dessa forma, como resolver o conflito sem servir de capangas dos coronéis locais? Como não se comprometer com as picuinhas locais que poderiam macular o nome do exército e respingar no líder máximo da política brasileira -o senhor presidente?

A atuação do General Carlos Frederico Mesquita na Guerra é uma das mais ilustrativas das afirmações acima. Nomeado comandante da 2ª brigada estratégica, com sede em Curitiba em fins de março de 1914, tinha como objetivo derrotar os agrupamentos rebeldes do Contestado. Durante sua atuação o general Mesquita encontrou as tropas completamente desorganizadas, reclamando da falta de medicamentos, dos soldos atrasados e de fardamento insuficiente. Expediu telegrama comunicando a situação das tropas e pedindo verbas para organizá-la, seu pedido foi negado tanto pelo inspetor geral da XI Região Militar, com sede em Curitiba e da qual era subordinado, quanto pelo Ministério da Guerra no Rio de Janeiro. Após atacar algumas áreas parcialmente abandonadas pelos sertanejos sem atingir os principais redutos, e diante dos insistentes pedidos de verbas e observação das condições, tanto das tropas quanto dos sertanejos, esse general em 30 de maio de 1914 resolveu dissolver a coluna que estava sob suas ordens e concluiu sua participação no conflito com a seguinte declaração:

De todo o movimento da Brigada dei sempre ciência em telegrama ao General de Divisão Alberto Ferreira de Abreu, Inspetor da XI Região Militar. Tendo cumprido minha missão, solicitei o regresso das Forças a quartéis por se acharem estas extenuadas, sem roupas, e grande parte atacada de reumatismo e bronquite, devido ao passar mal com a estação invernosa que se aproximava, chegando o termômetro nesta região a zero grau. Solicitei também a minha exoneração, por ter concluído, como acima disse, a minha missão, não me competindo mais andar com forças federais à caça de bandidos, como capitão do mato do tempo da escravatura (Mesquita Apud Soares, 1931, p. 72).

Na declaração acima podemos observar a hesitação desse oficial diante das querelas políticas regionais. Vale destacar que as disputas pela questão de limites entre Paraná e Santa Catarina acirravam essas contendas e se manifestava como um vespeiro. A atuação das forças legais no Contestado poderia se configurar numa caça de escravos e o exército, na figura do General Mesquita, não gostaria de ser confundido com o papel de capitão do mato. Os cuidados se faziam necessário até mesmo na escolha de oficiais que comandariam os diversos destacamentos das forças legais,

pois tal escolha deveria atender as exigências e expectativas dos dois Estados, afim de não despertar os ciúmes e as críticas.

Pairava, ainda, uma dúvida entre os oficiais do exército: como resolver essas questões que emperravam as decisões a serem tomadas no campo de batalha? Até encontrar uma solução para esse conflito, o exército tateou em suas ações no *front*. Com isso deixou pistas de possibilidades para a guerra.

Um exemplo dessas contendas pode ser notado na atuação de Matos Costa, inicialmente bastante criticado pela imprensa catarinense, principalmente pelo Sr. Vieira da Rosa, e elevado à categoria de herói após ser morto, segundo as informações oficiais, numa emboscada. Sua morte serviu como um elemento na construção de um imaginário de banditismo e violência entre os sertanejos, bem como na construção de mitos e heróis tão importantes para justificar a ação militar na região além de contribuir também para criar uma unidade interna no próprio exército, à época bastante dividido sobre as reais necessidades e condições de uma intervenção federal no Contestado.

Heroicizado pela imprensa e pela maioria dos oficiais da época, o oficial do exército, Capitão Matos Costa, foi elevado à categoria de grande defensor dos sertanejos. Ele teria declarado:

A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito (Peixoto, 1995^a, p. 78).

Atuando no teatro da guerra, a partir de Junho de 1914, Matos Costa buscava convencer os revoltosos a se entregar conversando com pessoas ligadas ao movimento, criticando a politicagem e responsabilizando os poderes públicos pela atual situação dos sertanejos. Contrário mesmo às ordens do Inspetor Alberto Ferreira de Abreu, envolvia-se nas refregas

políticas¹⁶, conseguindo tratar das questões diretamente com o Ministro da Guerra, à época o senhor general Vespaziano de Albuquerque e Silva. Como conseqüência, esse general solicitou demissão do posto ocupado, sendo seu pedido imediatamente aceito pelo Ministro da Guerra.

Mattos Costa também perseguiu pistas de uma distribuição de notas falsas na região do Contestado e vinha investigando os responsáveis pela falsificação, tendo encontrado provas da participação de jagunços ligados ao coronel Fabrício Vieira, um dos destacados vaqueanos que estava a serviço do exército contra os sertanejos. Sabendo da relação desse coronel com o Senador Pinheiro Machado, resolveu comunicar as suspeitas, enviando um telegrama ao destacado político, que respondeu:

Sr. Capitão Mattos Costa. Porto União. Conheço e aplaudo os serviços relevantes aí estais prestando República com denodo e competência. Coronel Fabrício distinguiu-se Rio Grande durante revolução por atos de valor e rara atividade. Daí consideração que sempre mereceu, mas que não vai ao ponto de amparar conduta irregular e criminosa porventura tenha pois descobrirdes sua coparticipação passagem notas faltas Tesouro, deveis agir com severa energia. (a) Pinheiro Machado (Soares, op. cit. p. 96).

Ao que tudo indica, Mattos Costa vinha se envolvendo diretamente em questões politiqueras da região por acreditar ser ela a causa maior dos males que afligia os sertões do Contestado, não correspondendo aos anseios de muitos oficiais graduados do exército e menos ainda dos coronéis que se viam questionados e na iminência de acusados ao invés de vítimas.

Após uma denúncia de ataque dos sertanejos à via férrea de Calmon, Mattos Costa se dirigiu para o local nos primeiros dias de setembro de 1914. Ao desembarcar, encontrou forte resistência dos sertanejos, sendo que na tentativa de vencê-los em combate foi abandonado pelo vagão de trem responsável pelo transporte de sua tropa. Sua morte deixou de

¹⁶ Conforme Soares “a preocupação máxima de Mattos Costa era conseguir a pacificação do território infestado, em bem da Pátria e da República, sendo que para a consecução de seu nobre objetivo, não calculava sacrifícios. O general Alberto Ferreira de Abreu, comandante da XI Região de Inspeção, porém, não era de acordo que o Exército Nacional intervisse na contenda, não dissimulando mesmo o seu modo de pensar, quanto ao caso, que atribuía, inteiramente, à politicagem”, J. Pinto Soares, op cit, p. 82.

sobressalto as elites locais conforme consta na matéria publicada no jornal *O Dia*:

O desgraçado movimento de fanáticos nos sertões do Brasil já tem custado muito sangue precioso de bravos e leais servidores da Pátria e da República. Como se não bastasse tanto sangue derramado, a jagunçada assassina e boçal acaba de abater, numa emboscada, a vida preciosa do Capitão Mattos Costa, o ilustre e bravo oficial, cujos sentimentos humanitários lhe davam o sonho de uma pacificação por meios suasórios, chamando-se à razão toda essa horda estúpida e alucinada que é um doloroso atentado da inferioridade cultural do sertão brasileiro (Jornal O Dia, 05/09/1914).

As imagens reproduzidas na nota acima deixam margem para que se possa perceber uma defesa exaltada do extermínio dos sertanejos. Adjetivos como desgraçado, boçal, horda e alucinados conferem um caráter de animalidade aos revoltosos, figurando, portanto, como indignos da compreensão e atenção dos poderes públicos.

Também é possível perceber nessa matéria que o medo estendeu-se do palco do conflito para a capital e cidades próximas. Não apenas Florianópolis, como também Lages e São Joaquim ficaram de sobressalto. O momento era mais que oportuno para enaltecer e defender os considerados dignos representantes da nação que lá estavam para estabelecer a ordem, acelerando assim a imagem demoníaca e animalesca atribuída aos sertanejos.

Apesar dessa imagem negativa, no círculo militar pairava ainda a dúvida quanto o que teria acontecido nesse combate, pois ao se envolver em questões políticas Mattos Costa angariara inúmeros inimigos entre os coronéis locais, ademais, ao que consta, teria sido muito bem quisto entre os sertanejos. Sem provas e também não querendo se comprometer alguns dos memorialistas se puseram em defesa dos coronéis, porém, não deixaram de lançar dúvidas quanto à participação de algumas autoridades na morte desse oficial (Peixoto, 1995^a).

3 - O Canteiro e as Sementes

A morte de Mattos Costa serviu para incendiar a proposta de extermínio geral dos sertanejos, identificados como “bandidos”, “selvagens” e “sanguinários” que desprezavam e não mereciam a defesa da sociedade. Prestou-se também à tendência de heroicização do exército, figurando entre os mártires da campanha oficial contra os “bárbaros”.

Ao assumir o comando das operações no Contestado em junho de 1914, Mattos Costa declarou à imprensa paranaense o que se tornaria uma das principais possibilidades para resolver o conflito por meios suasórios: a distribuição de terras aos sertanejos desapropriados pelos coronéis. Segundo esse oficial

Os jagunços queixam-se de que o coronel Artur de Paula e outros chefes políticos lhes tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do governo, por se terem apossados delas pessoas conhecidas e que têm facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois estados (Peixoto, 1995^a, p.156).

A morte desse oficial no dia 7 de setembro de 1914 marcou também uma nova fase de atuação do exército na Guerra do Contestado. Destituído o comando do Inspetor Alberto Ferreira de Abreu e vago o comando das operações militares no palco do conflito, o novo ministro da Guerra, senhor Caetano de Farias, nomeou para os dois cargos o general Setembrino de Carvalho que, através de conchavos com as elites locais, pacificou a região conflituosa de Juazeiro no Ceará a época fortemente influenciada pela crença e obediência em Padre Cícero.

Convencido da incúria dos governantes em relação aos sertanejos, bem como da expropriação de terras de antigos posseiros sob o aval dos líderes políticos, uma das primeiras manifestações de Setembrino, tão logo assumiu o comando das operações, foi a de oferecer terras aos sertanejos, garantindo-lhes a vida e intervenção junto ao governo federal caso se entregassem, almejando evitar derramamento de sangue, conforme

documento distribuído nos sertões catarinense e reproduzido pela imprensa a 26 de setembro de 1914:

Fazendo um apelo aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandantes devem apresentar-se.

Aí lhes serão garantidos meios de subsistência, até que o Governo lhes dê terras, das quais se passarão títulos de propriedade (grifos meus).

A contar, porém, desta data em diante, os que o não fizerem espontaneamente e forem encontrados nos limites da ação da tropa, serão considerados inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis da guerra (Assumpção, 1918, p. 24).

Embora amplamente divulgado nas capitais e no campo de batalha, o número de sertanejos que se entregaram no momento não foi significativo, apresentando-se, na maioria, idosos e crianças que não possuíam disposição para a luta. Vale lembrar que a relutância dos sertanejos à proclamação de Setembrino é tributária do fato de ser ele identificado aos interesses das elites políticas que vinham matando mulheres e crianças e perseguindo os sertanejos como animais.

A rendição total e incontestada seria, conforme a declaração de Setembrino, a única forma de evitar a intervenção de armada do exército, caso contrário “serão inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis da guerra”. Tal declaração foi aplicada conforme prometido, embora nem todas as promessas tenham sido cumpridas, entre elas a que diz respeito a distribuição de terras, com títulos de propriedade aos que se entregassem pois em declaração posterior o mesmo general novamente conclama os sertanejos a se entregarem e não mais lhes garante terra, mas a possibilidades de trabalho em nome da pátria. Essa declaração foi publicada no Jornal *Folha do Comércio* a 07 de janeiro de 1915.

O que eu gostaria de destacar a partir desse momento é a complexidade das decisões e posturas oficiais que envolveram a atuação militar no *front*. Pois, se por um lado, presenciemos ações violentas do exército por outro lado havia outras possibilidades, reconhecidas e proclamadas pela alta cúpula do exército, que poderiam ter resolvido o

conflito evitando tamanha violência. Mas isso corresponderia, talvez, em contrariar os interesses dos coronéis locais, maiores interessados no extermínio dos “fanáticos”. Indagação para a qual não temos resposta segura.

O que pode ser considerado com segurança é que a existência dessas possibilidades serviu como pontos de referências para o entendimento sobre para qual lado as forças federais penderam e como sua atitude pode ser vista como uma opção germinada na conjuntura política da época, tendo na pressão dos coronéis uma força de grande relevância. Nesse sentido, cabe uma atenção maior a essas possibilidades.

A proposta de distribuição de títulos de propriedade a alguns sertanejos, levantada por Setembrino de Carvalho, indica o reconhecimento por parte das forças federais da usurpação de terras, bem como sinaliza para uma compreensão das reais necessidades dos sertanejos. Dentro das concepções de muitos oficiais que participaram do conflito, a responsabilidade maior era atribuída ao descaso político. O que por sua vez não significa que fossem eles favoráveis às ações dos sertanejos, pois concordavam que eram vítimas do sistema político, mas criam na necessidade de pacificar a região, pois não concordavam com a ação “guerrilheira” dos mesmos. Em outras palavras, embora em termos de princípios concordassem com algumas das reivindicações dos sertanejos, no que tange à forma com que eles buscavam fazer valer suas exigências eram contrários (vale lembrar que a ação de guerrilha dos fiéis foi movida, inicialmente, como defesa aos ataques militares). O que mais pesava em suas críticas ao movimento era a questão das crenças religiosas nos monges e santos, a presença dos considerados bandidos em meio aos fiéis e a resistência às forças legais, organizando assaltos às cidades e às tropas.

Tudo isso pode parecer apenas uma estratégia para desarticular o movimento e imortalizar o nome do exército em sua atuação no conflito, o que corresponde a uma parcela da verdade, mas negar que muitos oficiais acreditavam ser possível pacificar a região sem derramamento de sangue, que atribuíam uma parcela significativa da culpa do que estava ocorrendo na região aos governantes e que discordavam dos desmandos políticos de chefes locais, é no mínimo não reconhecer a divergência histórica da

oficialidade brasileira que, desde a proclamação da república, buscava firmar-se como umas das engrenagens indispensáveis para o sucesso político e econômico do país. Não à toa tinham projetos civilizadores, almejaram inserir o Brasil no eixo dos países industrializados e aderiram significativamente a campanha de abolição da escravatura¹⁷.

Além da distribuição de terras, passados alguns meses oficiais do exército em declaração oficial ofereceram novas garantias aos sertanejos. Nelas começam por reafirmar uma possível intenção “pacífica” da expedição militar que comandavam. Em seguida enfatizam a “inutilidade” da luta que travavam, pois comprometia os próprios sertanejos que seriam alvos das investidas militares e também a pátria “que chora por ver seus filhos em desavenças constantes, cuja resultante é o rio de sangue que elas originam (Peixoto, 1995^b, p.141-142). A seguir destacam as garantias que teriam os que se entregassem:

Se pensásseis em vos apresentardes a nós, vos garantiríamos não só a vida, que nos é tão preciosa, como até advogaríamos a vossa causa junto aos poderes públicos, afim de que estes indenizassem dos prejuízos que porventura houvésseis sofrido, não só em vossas terras e habitações como no gado e plantações. Junto a esses mesmos governos trataríamos de vos serem conferidas novas terras e bons auxílios para o vosso ganha-pão diário e laborioso progresso na lavoura; vos seriam fornecidas inúmeras espécies de sementes e exemplares de gado bem como uma vez cessada essa luta teremos os nossos campos cortados por estrada de ferro e de rodagem, fatores primordiais do progresso (Idem).

Nessa declaração acrescenta-se ainda uma preocupação com a integridade da pátria, sendo essa o fio por onde os oficiais tecem sua argumentação em favor da conciliação:

Nós, militares, aqui estamos não só para garantia vossa como aos demais patrícios e de forma alguma temos como fito levar-vos à morte e ao extermínio; desejamos simplesmente chamar-vos à paz e ao sossego nesta quadra de pobreza e carestia em que todos nós, como

¹⁷ Sobre a relação do exército com os problemas políticos e sociais do Brasil destaca-se o já citado trabalho de Sergio Buarque de Holanda (1974), bem como a obra de Raymundo Faoro (1992).

bons patriotas, se não nos congregarmos, veremos o nosso rico e querido Brasil em mãos dos estrangeiros que, vencedores no continente europeu, desejarão alargar seus domínios em outras terras e naturalmente investirão para aquelas onde reinar a desordem, falta de orientação do povo e desapego entre seus filhos (Idem).

E Concluem: “Vinde irmãos! Alimentemos a paz em nosso amado Brasil! Asseguremos a ordem e trilhemos juntos a estrada do progresso!” (Idem).

O documento é assinado pelos tenentes Alzir Mendes Rodrigues Lima e Henrique de Castro e Silva. Os autores enumeram nessa declaração as principais reivindicações sociais presentes no movimento, comprometendo-se assegurá-las da melhor forma possível: como a distribuição de terras e garantias de trabalho na agricultura, a indenização pelas perdas de suas lavouras, casas e outros bens usurpados, seja pela *Brazil Railway*, seja pelos coronéis em conchavo com os governantes, e também a resolução da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, questão essa que conseguiu arrebanhar muitos adeptos favoráveis a causa dos sertanejos, com eles compondo os redutos de “fanáticos”. Há que ser destacados o número significativo de homens de posses consideráveis entre os sertanejos, vítimas de perseguições políticas e interessados na resolução dos limites entre os dois Estados, como por exemplo, um ex-capitão da Guarda Nacional e proprietário de terra na região, Aleixo Gonçalves de Lima, e do comerciante e professor Antônio Tavares (Queiroz, 1981).

Personalidades de destaque como Setembrino de Carvalho e os oficiais que assinaram a carta citada poderiam simplesmente se calar frente às exigências dos sertanejos, negando-lhes até mesmo o direito à palavra, mas ao declararem publicamente comprometer-se com alguns de seus pedidos, acabam imprimindo uma certa legitimidade às suas reivindicações. Isso significa, conscientemente ou não, reconhecer como dignas de atenção algumas de suas reivindicações. O fato de ter entre os sertanejos figuras destacadas no cenário local, como o já citado Aleixo Gonçalves Júnior, capitão da Guarda Nacional, o fazendeiro respeitado e reconhecido como “idôneo” e “laborioso” o senhor Manuel Alves de Assumpção Rocha, possivelmente exigia um certo cuidado para com esses “revoltados”.

Ademais, a simpatia popular de grande parcela de habitantes dos sertões catarinenses que não se engajaram no movimento, mas que a ele estavam ligados por compartilharem de suas crenças nos monges, por não concordarem com a impunidade e desmandos de chefes locais e/ou simplesmente por reconhecerem nessas pessoas, figuras trabalhadoras, honestas e “decentes”, pedia um cuidado especial no tratamento dispensado aos mesmos.

Outra possibilidade presente no *front* e que figurou paralela às anteriores, foi a de enviar as famílias de “fanáticos” que se entregassem aos poderes públicos de seu Estado de origem para que fossem encaminhadas ao trabalho com auxílio necessário para se fixarem e iniciarem suas vidas através de um incentivo à agricultura e educação. Em correspondência enviada ao Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho presta contas de sua estratégia:

Na linha do Norte ao coronel Onofre apresentaram-se 243 famílias que se achavam refugiadas. Determinei que esta autoridade as mantivesse em Canoinhas, alimentando-as por nossa conta e telegrafei ao Governador de Santa Catarina sobre localização das referidas famílias. Desde já recebi resposta de que está providenciando e que conseguiu autorização no Ministério da Agricultura para o Inspetor do Povoamento proporcionar transporte e auxílio para sua localização em várias zonas para isso destinadas. Como bem vê V. Exa., o cerco que estabeleci começa a produzir francamente os seus esperados efeitos, sendo justo que eu manifeste o entusiasmo que desperta a eficiência de meu plano, que sem desmoralizar a tropa tem poupado tantas vidas. Mais de duas mil pessoas se têm apresentado, servindo esta cifra para mostrar a máxima clareza que a feição deste movimento é bem mais grave do que a princípio se supunha (Peixoto, 1995^b, p. 146-147).

Nas notícias dos jornais catarinenses, bem como nos relatos dos oficiais da guerra a partir de 1915 há uma intensificação dos discursos indicando a presença de bandidos e criminosos entre os sertanejos, além disso, a vivência no *front* permitia algumas considerações acerca do movimento e das estratégias utilizadas. O contato com os sertanejos, a

marcha dos soldados na região, o número dos que se entregavam e a observação sobre a política local, permitiram uma avaliação sobre a atuação militar na guerra. Com isso as medidas “profiláticas” eram mais seguramente disseminadas. Os oficiais do exército perceberam, por exemplo, que diferente de Canudos, nos sertões catarinenses a destruição de um reduto não significava vencer a guerra; isso porque, ao acabar com um povoado considerado o centro de decisão, imediatamente pipocavam inúmeros outros a cada dia. Em alguns casos, após passarem por determinada região, os sertanejos retornavam para o mesmo ponto. Isso fez com que o exército adotasse como estratégia queimar todas as casas por onde marchavam, impedindo assim que fosse novamente povoada. Outra questão notada pelos oficiais do exército é de que não bastava recolher os que se apresentavam ou eram presos para em seguida entregá-los à responsabilidade dos governos estaduais, pois, sem uma política efetiva de controle e fixação dos mesmos, rapidamente retornariam ao movimento. Diante disso o general Setembrino de Carvalho, em telegrama ao Ministro da Guerra, aponta uma possibilidade para que tais ações não se repetissem:

Tenho comunicação do Sr. Major Portugal Comandante 9º. Regimento Cavalaria que acampa Corisco guardando estrada de Curitiba nos que diariamente são aprisionados fanáticos fugitivos reduto Santa Maria declarando reinar ali fome epidemia febres tenho mandado entregar essa gente em virtude acordo governo Santa Catarina às autoridades Curitiba e Lages afim serem colocados em núcleos coloniais entre esta última cidade e Florianópolis Acho isso muito mau porque essas colônias ficam próximas sertão onde eles têm constituído seus redutos hoje já extintos exceto o de Santa Maria que o será fatalmente pois é uma questão de tempo podendo por conseguinte voltar a constituírem outros novos após retirada forças federais assim o fanatismo continuará como sabe V. Ex. o território de Santa Catarina é muito pequeno em qualquer ponto que se localizem não ficarão impedidos de voltar para os seus antros. Me permite pois ponderar que uma medida qualquer deverá ser adotada pelo governo república mediante acordo com o de Santa Catarina afim de retirar esses fanáticos do Estado, assim não se fazer amanhã novas dificuldades aparecerá ao governo da União e ao exército que terá de voltar outra vez para cá. Deportação para os Estados do Norte me parece ser o alvitre de melhor resultado julgo do meu dever chamar

*atenção V. Ex. do governo da República para esta questão que reputo de alta relevância*¹⁸.

Essa medida já era conhecida e amplamente praticada na história da recente república brasileira: o desterro de pessoas às regiões limítrofes do país, geralmente sob a justificativa de baderneiros e malandros.

No entanto, dentre as possibilidades para dar fim ao movimento do Contestado, a resolução dos limites entre Santa Catarina e Paraná ganhou um destaque especial. Envolvendo divergências políticas entre os governantes e elites desses dois Estados, a chamada “questão de limites” foi apresentada como uma das principais causas da persistência da guerra. O governo catarinense era acusado de armar “bandidos” para ocupar terras em região litigiosa (tais acusações vinham principalmente da imprensa paranaense), de não punir e acabar com os redutos e de estar se beneficiando com a guerra.

A querela estendia-se a acusações entre os governadores de Santa Catarina e Paraná e congregava uma enorme repercussão na imprensa da época. Os catarinenses diariamente registravam sua indignação nos jornais da capital, arvorando-se legítimos possuidores das terras¹⁹, uma vez que por duas vezes – 1904 e 1910 – os tribunais federais deram ganho de causa à Santa Catarina. Não conformada as elites políticas do Paraná, representada na figura do governador Carlos Cavalcanti, contestavam a demarcação dos limites e as acusações e divergências políticas seguiam. Vale destacar ainda que a disputa ocorria devido a abundância da erva-mate e da madeira, algumas das principais riquezas naturais da região.

Ainda outra possibilidade acenada pelo general Setembrino era a criação de um território neutro na região contestada por Santa Catarina e Paraná, afim de não permitir o renascimento e perpetuação do “fanatismo” e “banditismo” que a seu ver assolava a região.

¹⁸ Telegrama do General Setembrino ao Ministro da Guerra. Arquivo do Exército. Rio de Janeiro, 04 de março de 1915, Caixa 5540.

¹⁹ Oswaldo Rodrigues Cabral, na obra *A Campanha do Contestado*, defendeu ferrenhamente o direito a essas terras, buscando “evidências” que remontavam à distribuição de sesmarias pela Coroa Portuguesa. *A Campanha do Contestado*.

Tal medida era o desdobramento da frustrada sugestão de enviá-los para o norte do País. Para esse território seriam despachadas as famílias que receberiam ajuda do Ministério da Agricultura cedendo terras, sementes e ajuda financeira para o desenvolvimento da região, tendo ainda a presença de um rigoroso policiamento impedindo a proliferação de novos redutos assim como a paz no território contestado. Além disso, no entender desse oficial, tal medida eliminaria as divergências entre os Estados “irmãos” que lutavam pela posse da região e descuidavam da instrução e respeito às leis nos sertões do Contestado. São palavras do general Setembrino:

[...] Finalmente, encerro este modesto trabalho que só contém verdades, dizendo-vos que, na minha opinião de soldado observador, esta rica zona do Território Contestado só voltará à paz, à ordem e ao trabalho, quando o Congresso Nacional autorizar ao Poder Executivo a apoderar-se dela fazendo-a um território como o do Acre e nomeando uma autoridade enérgica e justiceira que a faça progredir.

No percurso que fiz através do Contestado numa extensão de 82 léguas, em rumos diferentes, ouvi sempre dos mais sensatos e pacatos moradores o desejo ardente de serem governados por uma autoridade nomeada pelo Governo Federal, dizendo-se alguns deles, que só esperavam essa resolução para resolverem definitivamente sobre as suas ricas terras e ervais (Peixoto, 1995^a, p. 70).

Essa proposta já vinha sendo prestigiada na capital federal, Silvio Romero foi um dos maiores defensores da criação do novo território, como pode ser observado em seus artigos publicados no jornal *A Época* da capital federal e reunidos numa publicação de distribuição gratuita datada de 1916.

Das possibilidades apontadas até aquele momento, as que vingaram foram a criação do território do Iguassú e a resolução da questão de limites, dando ganho de causa à Santa Catarina. Quanto à educação, distribuição de terras e restituição às famílias ligadas ao movimento, entre os anos 20 e 30 estimulou-se a colonização nessas terras, visando substituir a população local por colonos de origem européia, atendendo, assim, aos projetos de civilização amplamente reivindicados pelos oficiais e não menos almejados pelas elites políticas do país.

Contra os sertanejos que aderiram ao movimento foi mobilizada uma campanha de extermínio e desapropriação dos seus bens, marcando uma das fases mais violentas da intervenção federal num conflito da nossa história. Isso poderia indicar uma contradição do que tem sido discutido até o momento: o desejo dos oficiais em civilizar o país e resolver o conflito do Contestado sem denegrir a imagem do exército. Acaso seriam apenas falácias todo o seu discurso de apaziguamento sem derramamento de sangue? Seria tudo apenas uma estratégia com o fim de justificar as execuções no *front*?

Possivelmente seus discursos também estavam revestidos dessa intenção, mas isso não invalida os seus anseios, assim como não permite abandonar essa faceta que mobilizou e incentivou a atuação do exército na guerra: a de uma luta complexa envolvendo diversos desejos e projetos que compuseram o mosaico de interesses presentes no campo de batalha. Tal questão não ameniza os crimes praticados em nome da lei como assassinatos de mulheres, crianças e idosos; execução e degola de sertanejos engajados no movimento; propriedades destruídas e saqueadas; mas ao menos depõe a favor de um olhar menos homogeneizante e simplificador, que ainda teima em aceitar o labor historiográfico como complexo e latente de potencialidades. Tal ponto de vista persiste em separar discurso e prática como se fossem duas esferas excludentes, esquecendo, enfim, que a construção do discurso histórico teria muito a contribuir para o exercício da cidadania se o historiador buscasse aproximá-la das múltiplas experiências e contradições do passado.

III – Chaos

1- Rumo ao *Front*

As manifestações em torno do deslocamento das forças catarinenses para a luta contra os chamados fanáticos religiosos foram intensas. A imprensa catarinense e a nacional vinham noticiando o grande acontecimento há dias. A banda da força pública foi convocada para a retreta. Florianópolis era todo rumor sobre o conflito. Na chapelaria Watson²⁰, nos bares, na praça XV, na imprensa e possivelmente no interior dos lares não se falava em outra coisa: o movimento das tropas federais para o palco do conflito e a marcha do 54^o. Batalhão de Caçadores, saindo de Florianópolis com destino a Lages.

O espetáculo foi coberto das devidas honrarias militares, contando com a presença de oficiais do exército e da Escola de Marinheiros, autoridades políticas e civis e também com o apreço do senhor governador do Estado, coronel Vidal Ramos. Nas ruas, as pessoas acompanhavam a marcha, algumas surpresas, outras encantadas com o desfile e não poucas comovidas por verem seus entes entre os jovens e bravos que rumavam para a guerra.

Desfilando pela rua Fernando Machado com destino à Fortaleza de Santana, os soldados do 54^o Batalhão despertavam a curiosidade e rendiam comentários na capital do Estado. Sua marcha, além dos repiques da banda, exibia com orgulho a bandeira da república, como símbolo da justiça, ordem e progresso da nação. Nesse ano, janeiro de 1914, a imprensa nacional já noticiava o conflito apresentando-o como um novo Canudos que

²⁰ O jornal Folha do Comercio anunciou a 12 de fevereiro de 1914 como a notícia do combate em Taquarussú foi recebida na capital. Segundo a nota publicada tais notícias “causaram satisfação. Vários membros da colônia Catarinense, reunidos à porta da Chapelaria Watson, indagavam sobre as notícias, esperando que o senador Schmidt as tivesse recebido”. Os Professores de História Adevilton e Professora Vera Ribas, embora não tivessem nascido no momento áureo dessa chapelaria, possuem memórias acerca da mesma por serem filhos de Florianópolis e conhecerem bastante o cotidiano da cidade, em conversa informal afirmaram que a Chapelaria Watson, instalada ao lado da atual agência do BESC na Praça XV de Novembro, servia como ponto de encontro de parte da elite catarinense. Além da venda, cuidavam também do fabrico dos chapeis expostos, cativando um número significativo de pessoas.

renascia nos sertões catarinenses. O movimento contava com as honrarias e formalidades dignas de eventos como esses.

Da Fortaleza de Santana, comenta o jornal Folha do Comércio,

o senhor major comandante Antonio Leitão providenciou imediatamente para o embarque dos senhores oficiais, praças e do material bélico nas lanchas General Bormann, Osmar e em outras embarcações que se achavam à sua disposição, e terminado o embarque as mesmas partiram com destino ao Estreito, entre vivas ao coronel Vidal Ramos, ao Estado de Santa Catarina e ao brioso 54º Batalhão de Caçadores, dados pela grande multidão que assistia a essa comovente despedida (Jornal Folha do Comércio, 05/01/1914).

Do Estreito, as tropas seguiram com destino à Palhoça e de lá para a região Serrana. Esse trajeto, conforme relato do capitão Vieira da Rosa, oficial presente e colaborador do Jornal Folha do Comércio, foi percorrido em tempo Record²¹. Tal marcha servira como um primeiro exercício e preparação física, robustecendo e engrandecendo a moral dos soldados, em sua maioria noviços numa campanha como essa, conforme relatado por Vieira da Rosa,

A experiência da primeira marcha serviu imensamente ao soldado, que se habituou aos diversos serviços consignados nos regulamentos de campanha, e considerados nos exércitos modernos como indispensáveis à segurança e higiene dos acampamentos. Para o maior número de soldados, essa segunda marcha não já foi novidade, de modo que dava gosto ver o desembarço com que procediam nos diversos serviços (Rosa, op. cit.)

Além do 54º Batalhão de Caçadores, outros destacamentos do exército federal se deslocaram para o teatro do conflito. A marcha das forças federais era a mais aclamada entre todas. Seus oficiais foram

²¹ “Em nove dias o batalhão percorreu, a pé, em meia marcha, os 270 km de estrada que existem entre Florianópolis e Lages, sendo friamente recebido na cidade serrana que, então, não podia supor que no futuro viria a precisar dessa mesma unidade”. Vieira da Rosa. Reminiscências da Guerra do Contestado. Arquivo Histórico e Geográfico de Santa Catarina, (mimeo).

recebidos com bailes, jantares e muitas honrarias em Itajaí e Blumenau (Assumpção, 1917). Desfiles, apresentações de corais e bandas, bem como crianças declamando poesias em louvor à pátria, eram algumas das atividades obrigatórias nas manifestações de apreço das cidades catarinenses à coragem e bravura dos soldados brasileiros.

Por onde passavam os oficiais cuidavam de anotar os costumes locais e os burburinhos sobre o que ocorria na região do Contestado. A narrativa de cada marcha vem marcada de contos fantásticos, heroísmos e anedotas sobre o movimento. Medo e incertezas sobre o que os esperavam no palco do conflito eram constantes na marcha dos soldados. Segundo Vieira da Rosa “a viagem do 54^o até Lages não foi isenta de acontecimentos ruins, sucessos esses que aos espíritos timoratos pareciam prenunciar graves acontecimentos” (idem).

Nas narrativas militares é marcante uma preocupação sobre contra quem realmente lutariam e também acerca da real utilidade da mobilização de forças federais para conter esse conflito. Embora o sentimento de amor pátrio e de preservação da ordem fosse constantemente mobilizado como o estimulante ou a massa que sedimentaria a perseverança e atuação dos soldados, esse ideal demonstra antes uma busca de sentido para a ação do exército do que uma justificativa convincente – para os próprios soldados e oficiais – de sua intervenção nesse conflito.

Na condição de representantes oficiais da nação, muitos militares receavam servirem de jagunços dos coronéis, denegrindo o nome do exército com envolvimento na politicagem da região, havia ordens expressas do alto comando do exército de não envolvimento com as questões de limites e as desavenças políticas locais. Predominava o receio quanto a intromissão na política dos governadores mas também a dúvida sobre a real necessidade da interferência das forças federais no conflito. A esse respeito um oficial do exército, nomeado chefe da Polícia Militar da Linha Norte, com sede em Canoinhas, se pronunciou:

A grande questão aqui no Contestado onde o Exército Nacional foi atirado como 'bode expiatório', não é da linha divisória nem do traçado. O que se discute é a herva-mate, o

*pinheiral, a madeira de lei, a fertilidade e a riqueza do terreno; fosse o Contestado um terreno estéril, nada havia*²².

Além disso, oficiais como Mattos Costa, o General Carlos Frederico Mesquita e mesmo Setembrino de Carvalho foram criticados, quando não acusados, por estarem interferindo na política local. Não por acaso a ação das forças públicas de Santa Catarina e Paraná foram cuidadosamente tratadas com o fito de não deixá-las atuando em região contestada pelos dois Estados. A proposta de criação de um território independente sob a jurisdição das forças federais foi recebida com entusiasmo por alguns políticos na Capital Federal, pois atendia a possibilidade de livrar o conflito dos interesses politiqueros²³.

Esse temor do exército fazia parte das preocupações oficiais no conflito, pois além desse receio, outros de ordem mais fugidia acompanhavam a marcha das tropas: o medo da morte, as lendas e contos acerca dos sertanejos, bem como dos guerreiros envolvidos com o movimento. Figuras temidas das quais contavam-se histórias fantásticas como invencibilidade, crueldade e crimes que teriam cometido, conforme as memórias de Demerval Peixoto:

Designado inesperadamente para dirigir a repressão contra o movimento da rebeldia crescente, não pode o general organizar como tencionava a expedição. Não só a escassez de recursos, sob todos os aspectos, encontrou o novo comandante; depararam-lhe também outras dificuldades no teatro das operações. Uma tropa se lhe apresentou tendo regressado da violenta resistência de Caraguatá, onde passara quase toda por transe indescritíveis. Os contos sobre os jagunços assumiam proporções fantásticas. As narrativas, sempre levadas ao expoente máximo com relação à invencibilidade dos fanáticos, eram assustadoras. Os recém-idos que ouviam

²² Relatório de Hermínio Castelo Branco (1º. tenente chefe da Polícia Militar) ao Ex. Sr. Manoel Onofre Ribeiro, comandante da Coluna Norte, Canoinhas, 25 de abril de 1915. Arquivo do Exército, Rio de Janeiro.

²³ A criação de um Estado independente na região do Contestado fora amplamente discutida e levada a público pela defesa de Sylvio Romero no ano de 1912. Em matérias publicadas no jornal *A Época*, do Rio de Janeiro, esse intelectual apontava as vantagens que considerava pertinentes para a criação do Estado do Iguassú ou Guahyra. Setembrino de Carvalho também foi defensor da criação desse Estado, vendo nele a opção para a completa pacificação do “território conflagrado”.

as histórias dos afiados facões, não podiam disfarçar o ericar dos pelos e os ligeiros calafrios (1995^a, p. 131).

Esse relato sobre a nomeação do general Setembrino de Carvalho ao comando das operações no Contestado (setembro de 1914), consegue sinalizar sobre o clima de instabilidade e de insatisfação que rondava os militares presentes no *front*. Movidos pelo medo, a escassez de medicamentos e de víveres e guardando na memória os horrores vivenciados nos combates de Taquarussú e Caraguatá, muitos soldados e oficiais acusavam o alto escalão do exército de descaso para com eles.

Nesse contexto, alguns conflitos sequer chegaram a ocorrer de fato, pois bastavam alguns tiros dos sertanejos na mata para que os soldados fugissem em pânico. Envolvidos pela força das descrições feitas enquanto marchavam para a região conflituosa, muitos soldados entravam em desespero. A campanha de construção de um imaginário de invencibilidade e de auxílio de forças sobrenaturais a favor dos sertanejos, em muito contribuiu para disseminar o medo entre as tropas.

O momento de maior intensidade quanto a invencibilidade dos sertanejos coincidiu com aqueles de maior privação e necessidades dos soldados no palco do conflito. Após os primeiros contatos entre soldados da força federal com os sertanejos, as tropas começaram a vivenciar fatos que escapavam do domínio e das forças do exército. A começar pela presença de espíões que faziam o serviço de condução de cargas para as forças legais, devido ao desconhecimento do terreno e o número de cargas transportadas, o exército contratava os serviços dos habitantes locais para guiá-los pelas matas e transportar seus mantimentos. Como era praticamente impossível separar os fiéis do monge e adeptos da “irmandade” dos que não o eram, maioria das vezes o exército viu-se envolvido por espíões que o levava para emboscadas. Caso não menos raro, era o de sertanejos não partidários na Santa Irmandade, mas crentes no monge, que ao invés de levar as tropas para ciladas, comunicavam os passos das mesmas, prestando atenção nas estratégias elaboradas e deixando de sobreaviso os sertanejos. De acordo com Demerval Peixoto

... os jagunços enveredaram pelos trucs traiçoeiros. Espertos e dos mais devotados defensores do monge, vinham se insinuar, jeitosamente, como guias das forças oficiais; outros, familiarizando-se com os soldados, vinham lhes vender guloseimas da roça, abeiravam-se das barracas e ouviam as indiscrições e os comentários” (1995^a, p. 119).

Enquanto se locomoviam mata adentro, geralmente em filas duplas, os soldados se viram surpreendidos por ataques e tiros invisíveis, visto que os sertanejos recorriam ao abrigo natural das rochas e árvores. Vale destacar que a maior incidência da acometida sertaneja ocorreu a partir da destruição do reduto de Taquarussú, ocorrida em fevereiro de 1914, onde a morte de mulheres, crianças e idosos marcou uma constante vigilância e ofensiva dos mesmos. De acordo com Maurício Vinhas de Queiroz:

No segundo ataque a Taquarussú tomou parte o 54^o. Batalhão de Caçadores de Florianópolis, equipado com velhos fuzis que havia 17 anos combateram em Canudos. A esta unidade vieram juntar-se as tropas que tentaram o assalto anterior, mais duas seções de metralhadoras, um esquadrão de cavalarianos e duas peças de artilharia de montanha – estas últimas, com toda sua guarnição de 48 praças, especialmente enviadas da Capital Federal. Ao todo, 700 soldados, dos quais 500 poderiam seguramente entrar em combate. Ocupava o comando o Tenente-coronel Duarte de Aleluia Pires. (Queiroz, op. cit., p. 129).

Possivelmente como justificativa das suas perdas no *front*, nos relatos oficiais, era consenso apontar as dificuldades naturais enfrentadas pelas forças legais e aliadas dos sertanejos. Nas representações, os sertanejos aparecem tendo como vantagem a boa utilização do palco da guerra, valendo-se da topografia e da vegetação como aliado imbatível. A natureza aparece como a grande força, o que remete a duas questões importantes no desenrolar das narrativas militares. A primeira delas é a da impossibilidade de se lutar contra a natureza; a segunda, associada a primeira, é de que o fim da guerra contra os sertanejos implicou também uma vitória sobre as forças naturais, portanto, uma glória sobre-humana para o exército.

Embora o corolário dessa questão seja um tanto quanto tendencioso, a formulação do problema guarda uma certa coerência, isso porque os sertanejos estavam em condições de vantagem, se for levado em consideração suas habilidades de locomoção no interior das matas como a utilização dos recursos naturais, troncos de árvores, grutas entre as pedras, folhagens onde podiam camuflar-se. Mas em termos bélicos estavam em desvantagem, pois as forças legais estavam equipadas com armas de fogo em melhores condições que a dos sertanejos. O que, por sua vez, não significa o bom manuseio desses instrumentos. Esse é um dos pontos constantemente criticados pelos oficiais, ou seja, a não habilidade dos soldados com as armas à sua disposição. Tais recursos nem sempre significaram vantagem em combate, pois dependendo do ambiente o uso de armas de fogo e demais equipamentos do exército pouco favoreciam. É o que aponta um oficial ao relatar o combate travado em março de 1914 no chamado reduto de Caraguatá:

À minha ordem o pelotão rompeu cerrado tiroteio contra o inimigo, mas infelizmente o fogo não teve a desejada eficácia, não só porque em geral os soldados eram maus atiradores, como também porque o armamento é antigo e está em péssimo estado, engasgando muitas vezes as carabinas. O inimigo respondeu ao fogo e alguns inimigos caíram feridos. Entretanto, vi muitos fanáticos caírem sob as nossas balas. Notando que o inimigo era muito numeroso mandei o corneteiro tocar reforço, o que foi feito 4 vezes, sem ser atendido. Vendo que o inimigo avançava ordenei o pelotão que carregasse e o corneteiro deu o respectivo toque. Infelizmente este não foi obedecido, talvez devido as extraordinárias dificuldades do terreno; e o inimigo avançou sobre nós, numeroso, travando-se luta à arma branca, na qual os seus facões levavam vantagem sobre as nossas baionetas que os soldados não podiam manejar livremente no mato²⁴.

No caso dos sertanejos a preferência pela “arma branca” não era aleatória, principalmente o uso da espada durante o combate, pois além do vínculo sagrado que estabelecia, ela permitia uma maior desenvoltura nas matas, conforma indica a citação acima.

²⁴ Parte de Combate do Segundo Tenente Edgard Facó. 10 de março de 1914. Arquivo do Exército. Rio de Janeiro.

Outro ponto considerado favorável às forças sertanejas era a existência de um corpo disciplinado entre os mesmos. Crentes nas forças sobrenaturais dos santos e monges, os sertanejos deram um sentido consistente e encorajador à sua luta. Eram confiantes na interseção do monge José Maria e do Exército Encantado de São Sebastião (Espig, 1998). No caso dos soldados, poucas eram as motivações que conferiam sentido a guerra. Como já fora apontado em capítulo anterior, além da inexistência ou fragilidade de uma disciplina militar, havia também uma certa inconsistência acerca da verdadeira causa dessa guerra, conforme declara um dos oficiais:

E nós não tínhamos, em toda essa cruzada difícil, ao menos para nos consolar na luta e animar aos soldados, o menor vestígio de nobreza na causa, por que nos batíamos. O fim para que lutávamos era um ponto de interrogação no espaço; e, o que é mais doloroso ainda, não tínhamos para nos guiar os passos e fortalecer o espírito nessa quadra intensamente sombria da vida, sequer o conforto moral de companheiros bastante distantes da zona em que desenvolvíamos a nossa atividade militar, em que gastávamos a largos haustos as nossas energias nervosas e arriscávamos a nossa vida em uma luta profundamente desigual, a mais terrível até hoje mantida no território pátrio (Soares, 1931, p.76).

Defesa da ordem, patriotismo, e nacionalismo possivelmente eram elementos um tanto quanto vagos para a maioria dos soldados das forças oficiais. Um verdadeiro sentido para guerra só foi se configurando com o desenrolar do conflito, pois as baixas em combate, bem como as privações a que foram submetidos os soldados, conferiram uma base concreta de incentivo para sua ação.

Ainda assim, as condições em que se encontravam as tropas nos primeiros meses de atuação deixava margem para um sobressalto quanto ao porquê da guerra, ou ao menos, o porquê da sua participação nesse conflito. A existência de um inverno rigoroso, com baixas temperaturas e bastante chuva à época, multiplicava a falta de perspectivas de alguns soldados e estimulava o imaginário de invencibilidade dos sertanejos, com isso muitos dos integrantes das oficialmente consideradas forças legais começaram a

acreditar na existência de poderes sobrenaturais a favor do adversário. Os fatos ligados à natureza ou que não tinham uma explicação racional convincente aos soldados, apareciam como sinais da presença de forças ocultas aliadas ao outro.

Além das chuvas, uma série de ocorrências consideradas estranhas, eram associadas a uma possível intervenção do além: durante o deslocamento das tropas rumo ao Taquarussú uma mula “misteriosamente” começou a saltar durante a travessia de um córrego, derrubando a metralhadora que transportava e impossibilitando-a de entrar em ação; enquanto marchava por entre as matas um oficial morreu de um ataque fulminante; no reconhecimento do reduto de Santa Maria em 1915 o experiente aviador Kirk foi vitimado durante uma tentativa de pouso entre as matas... Todos esses elementos, para alguns soldados e sertanejos ligados à ordem do sobre-humano, estimulavam a criação de um imaginário sobre os sertanejos que comprometia a própria organização do exército, conforme um oficial, ao relatar o malogro da primeira expedição militar contra Taquarussú “O medo é o grande mal que prontamente se contamina por entre aqueles que não têm a moral bem cuidada nem as responsabilidades de uma ação militar. A força fraquejou de um modo lastimável. Os civis, desordenadamente, fugiram dos seus compromissos de honra” (Assumpção, 1917, p. 249-250).

No *front* não havia somente elementos ligados à ordem do “inexplicável”, havia também os problemas concretos que colaboraram na construção imaginária sobre a invencibilidade e sobrenaturalidade dos sertanejos. A falta de alimentação e medicamentos apropriados, a inadequação e às vezes falta de fardas, bem como o atraso nos soldos, são alguns dos motivos que muito contribuíram para desestimular e desestruturar as tropas, disseminando além do medo e pânico em relação ao outro, também um descontentamento crescente e progressivo quanto à cúpula do exército.

Nos primeiros meses de atuação dos militares no *front*, as denúncias sobre a falta de recursos eram constantes na imprensa e nos relatórios de guerra. O fardamento era considerado inadequado para o combate, assim como as armas e munição eram denunciadas como obsoletas:

Os nossos soldados, depois de alguns dias de trabalhos de campanha, se transformaram por completo. Os que são fisicamente fortes, transmudando os uniformes, atiram fora, aos primeiros dias de marcha, o calçado e o gorro que lhes atrapalham, substituindo-os invariavelmente pelas alpercatas do norte, quando não preferem ficar descalços e pelo chapéu de pelo ou de palha de abas largas; arregaçando as calças, dobrando logo as empertigadas golas das túnicas cintadas, se desabotoam e se confundem com as patuléias. Outros, mais débeis, adquirem logo profunda palidez às primeiras fadigas das vigílias e das dosadas rações de campanha; mas todos resistem no entanto, admiravelmente, às penosas vicissitudes da árdua profissão. (Peixoto, 1995^a, p. 100-101).

Também a fome perseguia alguns destacamentos, pois além de estarem num meio hostil lutando contra um inimigo às vezes “invisível”, os soldados poderiam enfrentar um comandante rígido que os impedissem de saquear lavouras alheias, o que incitava contrariedades nos acampamentos. A falta de medicamentos adequados para tratamento dos feridos era outro elemento constantemente criticado à época.

Relatando a atuação dos militares responsáveis pelo serviço de socorro no combate de Caraguatá em março de 1914, o oficial comandante informa ter sido falho tal como o que atuou em Taquarussú em fevereiro do mesmo ano. Em seguida reclama da falta de material:

Os curativos mais simples, aqueles de menor gravidade e que poderiam ser feitos na linha de fogo pelo cabo de saúde comandante da padiola tinham de ser trazidos ao Posto de Socorro para serem efetuadas pelos médicos em número reduzidíssimo para uma expedição como esta. Compreende-se como isto sobrecarrega os serviços.

Outra falta que merecia sérios comentários é o fato dos nossos soldados não levarem o pacote de curativo individual que nós temos adotado no nosso Exército mas que entretanto nessas ocasiões não é distribuído para ser utilizados como seria para esperar. [...].

E arremata:

Nestas condições é impossível combater se tivéssemos que guerrear um inimigo inteligente e regular

provavelmente teríamos de deixar no campo todos os nossos feridos, pela absoluta falta de transporte que os cacolets pedidos em tempo poderiam ter remediado e não teríamos extenuado pelos pesos dos feridos tantos soldados que numa ação de retirada poderiam estar prestando reais serviços na linha de fogo. Em suma, uma expedição como esta não pode deixar de ter um serviço de saúde organizado convenientemente²⁵.

Nessa crítica destaca-se um elemento importante para se entender outra das causas do descontentamento dos soldados: o fato deles saberem que no Exército Nacional, no Rio de Janeiro, ou mesmo entre as tropas federais, o investimento em munições, medicamentos e fardas era altíssimo e constantemente enaltecido pela imprensa. Nos desfiles públicos o exército ostentava seu aparato bélico e de munição destacando seu papel para uma batalha bem sucedida, enquanto no *front* eram usados apenas os despojos. Vieira da Rosa criticando essa postura, afirma:

A nossa coluna, e isso era uma das belezas do nosso exército, não possuía padiolas. Tudo que aparece de moderno na Europa é adquirido pelo nosso ministério, mas esses objetos lá ficam no Rio para as paradas e manobras. Nos depósitos existem, decerto, cadeiras cacolets e padiolas em bardas, mas nas forças em operação nada (op. cit.).

Quanto à distribuição de equipamentos e munições observa-se que era feita conforme a proveniência do destacamento, assim como o tratamento dispensado aos soldados, pois tal tratamento em sua maioria era aplicado de acordo com a origem social do soldado: aos nordestinos, ex-marinheiros e negros incidiam parte dos serviços pesados, assim como os castigos.

A esse respeito consta uma divergência ocorrida em fevereiro de 1915 resultando na abertura de um inquérito policial militar. A querela começou porque enquanto almoçavam os soldados José Antônio Ignácio (21 anos, solteiro, natural do Rio Grande do Norte, praça do 17º. Batalhão) e João da Silva Reis (21 anos, solteiro, pernambucano, praça do 18º. Batalhão) começaram a brigar, motivando a interferência do cabo Felix

²⁵ Parte de Combate do Capitão Antônio Alves Cerqueira (médico da expedição). Março

Moraes (21 anos, Rio de Janeiro, solteiro, praça do 18º. Batalhão) que tentou apaziguar. Ao envolver-se na escaramuça o cabo Felix foi esbofeteado e recorreu ao tenente do destacamento, este resolveu castigar corporalmente os soldados José Antônio e José da Silva, motivando a manifestação contrária dos colegas que tudo assistiam.

Reclamando sua autoridade o tenente se viu ameaçado pelos soldados que se recusavam a admitir o castigo: uma surra de varas. Além dessa insubordinação, o oficial foi agredido com uma “pranchada” nas costas e, para não ser espancado, foi obrigado a sacar de sua arma e fazer cumprir suas ordens. No desfecho, os soldados foram castigados e presos num vagão de trem, ocasionando a abertura de um inquérito para apurar as responsabilidades²⁶.

Casos como esse se repetiam no interior das forças legais e exemplificam o quanto conflituosa era a relação entre os soldados. Havia entre eles um código do que era permitido ou não. No caso citado, o cabo Felix de Moraes não deveria ter interferido na briga apontado também como o responsável pela punição dos praças. Estes, por sua vez, amparados pelos colegas que repetiam “isso não pode”, negavam-se a obedecer a seu superior chegando ao extremo de agredi-lo. Ao notarem que a questão era pessoal, decidiram resolver o problema na mesma “instância”.

Outro elemento que chama atenção é a forma de castigo a eles imputado: apanhar de varas. Herança, possivelmente, da lei da chibata há muito aplicada pela marinha brasileira, haja vista serem os marinheiros, em sua maioria negros e pobres. Novamente recorrendo à divergência acima, há de se notar que a recusa ocorria não tanto pela pena imputada, mas pela forma como ela interferia nos códigos de ética estabelecidos pelos soldados.

Enquanto participavam da guerra, os soldados buscavam passar o tempo das mais diversas formas. No *front*, eles improvisavam espetáculos encenando a tomada dos redutos, jogavam cartas, promoviam lutas corporais, cantarolavam, escreviam cartas para os familiares ou para a

1914. Arquivo do Exército. Rio de Janeiro.

²⁶ União da Vitória, 23 de fevereiro de 1915 - Inquéritos – Arquivo do Exército – Rio de Janeiro.

imprensa ou, no caso dos oficiais, recolhiam informações com a intenção de no futuro construir uma história da guerra (Peixoto, 1995^b, p. 105-107).

A presença desses jogos de distração no campo de batalha vale ser destacado por se tratar de uma medida relevante para pensarmos os entremeios do cotidiano dos soldados em meio a luta. As atividades inventadas possivelmente serviram para amenizar a angústia da espera e a incerteza dos combates.

Porém, dos paliativos existentes, o mais recorrente era o consumo de álcool. Talvez a bebida alcoólica não fosse apenas uma estratégia para acelerar os ponteiros com o fim de apressar a solução para o conflito, pois na chamada “ração da campanha” ela constava como mantimento necessário, conforme relação do boletim interno estabelecido pelo general Setembrino de Carvalho em 1914:

Boletim Interno, Porto União da Vitória, 23 de Setembro de 1914. Arquivo do Exército. Rio de Janeiro.			
Ração de Campanha			
Bolachas	300 gramas	Carne Verde	700 gramas
Farinha	150 gramas	Toucinho	80 gramas
Açúcar Branco	100 gramas	Café moído	50 gramas
Sal	20 gramas	Aguardente	30 gramas
Cigarros	1 maço	Fósforo	20 réis

Esses mantimentos, como afirmado, foram distribuídos quando o descontentamento vigorava no interior das forças atuantes no *front*, logo, faziam parte das medidas necessárias para organização e elevação da moral dos soldados. A aguardente era considerada um elemento importante na organização das tropas, principalmente enquanto lutavam em campos atingidos pelo inverno, servindo, portanto, como fonte de aquecimento em meio ao frio dos sertões catarinenses. Desde que não fosse usado em excesso, seu consumo era legalmente permitido. Porém, é de se esperar que a circulação de bebida alcoólica extrapolasse o limite autorizado. Sua distribuição causava alguns embaraços em certos oficiais, pois viam nela uma fonte de indisciplina, recriminando seus prováveis poderes benéficos em campanha.

O tenente Herculano de Assumpção desenvolveu todo um “tratado” apontando os malefícios do álcool e propondo sua substituição pelo café. Para esse oficial “A violenta excitação nervosa que o álcool produz só pode ser muito prejudicial ao soldado. Como ele poderá, debaixo de tal excitação, ter a iniciativa, o tino, a boa pontaria? Tudo isso somente a calma nos pode dar. Substituamos, pois, o álcool pelo café e os bons resultados serão prontos e positivos” (Assumpção, op. cit., p. 276-277).

A embriaguez era constante entre boa parte das tropas. Se ela servia para aquecer, também podia aliviar as tensões quanto a guerra e em alguns casos incitava os embates entre os soldados. Alguns relatos da imprensa, bem como inquéritos policiais, denunciam a presença de soldados ébrios jogando cartas, invadindo casas, correndo atrás das moças que viviam próximas ao acampamento²⁷. Tudo isso depõe contra uma visão ordeira e disciplinada das forças legais, em sua campanha considerada patriótica nos sertões catarinenses.

O consumo de bebida alcoólica ocorria em todas as instâncias da hierarquia militar. Raul de Estillac Leal, comandante de um dos destacamentos do exército chegou a abrir inquérito policial após denunciar a embriaguez de um oficial:

*Indiciado Capitão Pedro Cavalcanti.
Ao general da brigada Fernando Setembrino de Carvalho.
Levo ao conhecimento da V. Senhoria que ao passar ontem, às 21 horas, pela Estação de Calmon em viagem do Caçador para Porto União fui informado que a força que guarnece aquela estação estava revoltada e ameaça os empregados da estrada [de ferro]. Desembarcando verifiquei que alguns soldados, dos que ali se acham destacados, estavam embriagados, e mandando chamar à minha presença o capitão Pedro Cavalcanti, comandante do destacamento, verifiquei com grande pesar que este se achava no mesmo estado, isto é, completamente alcoolizado e incapaz de agir conscientemente em qualquer caso que a sua intervenção se tornasse necessária...²⁸.*

²⁷ Boletim Interno, 25 de outubro de 1914. Arquivo do Exército. Rio de Janeiro.

²⁸ Inquérito Policial Militar aberto pelo Sr. Raul de Estillac Leal, 05 de março de 1915. Arquivo do Exército. Rio de Janeiro.

Falta de medicamentos, alimentação insuficiente, frio, desavenças pessoais, jogos, mortes súbitas, ataques surpresas eram elementos que disseminavam o medo nas tropas, porém não impedia que buscassem formas de burlar o cotidiano e a tensão da guerra recorrendo às suas crenças, embriagando-se, driblando as ordens oficiais seja através da infração das normas, seja através do confronto direto quando consideravam que as mesmas não respeitavam os códigos de ética consensualmente definidos. Portanto, a disciplina militar, dentro desse código, vinha em segundo plano.

Em relação à infração das normas, além do consumo excessivo de álcool, das jogatinas escusas, muitas vezes os soldados vendiam armas ou mesmo jaquetas de seu fardamento com o objetivo de conseguir dinheiro para comprar mais cigarro, jogar ou pagar por “amor” na vila mais próxima. A tal ponto chegou essa prática que o general Setembrino publicou um informe proibindo a venda de pertences dos soldados, prometendo punir quem com eles negociasse. Geralmente, os fiéis compradores eram os jagunços dos vaqueanos que serviam às tropas em combate.

Essas eram, portanto, algumas táticas utilizadas no cotidiano, que burlavam o permitido. Através da análise desenvolvida por Michel de Certeau:

A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião” (1994, p. 47).

Essa “ocasião” de que fala Certeau era constantemente aproveitada pelos militares em combate. Ligados às obrigações impostas pela disciplina militar, inventaram maneiras de tornar sua rotina o menos limitada possível. Para tanto improvisavam jogos e espetáculos, vendiam seus pertences a fim de conseguir cigarros, cachaça e outros gêneros por eles considerados mais importantes, entregavam-se a “amores proibidos”, enfim, minavam, ainda que sem comprometer totalmente, as próprias bases institucionais que os prendiam nas malhas das normas e obrigações a que o ofício exigia. Mas se essas táticas escapavam às teias discursivas, não comprometendo a disposição das tropas, visto serem contingências de um “não lugar”, as deserções, abandono do posto de comando, assim como a mudança de posição no campo de batalha, chegou a comprometer a própria organização e vitória das forças oficiais nos sertões catarinenses.

2- Cenas da Guerra

No relatório do médico da expedição militar que lutou em Caraguatá, o oficial descreve as dificuldades enfrentadas durante o combate ressaltando o despreparo das tropas e os ardis dos adversários que preparavam emboscadas à espera dos soldados. Enquanto marchavam por entre a mata fechada das serras catarinenses foram repentinamente atacados pelos sertanejos, conforme o relatório:

De repente, deram em um grotão ocupado por numeroso grupo de fanáticos. Ai o encontro foi violento. Deu-se o entrevero. – A facilidade com que os jagunços manejavam o facão superava em muito a dificuldade com que a carga de baioneta era dada dentro da mata, onde o manejo da carabina é dificultado pelo seu comprimento.

O tenente Belisio teve até de lutar, corpo a corpo, tendo nesta ocasião sido picado a facão.

(...) Vendo que o inimigo avançava, mandou o corneteiro tocar carga, mas o toque não foi atendido e o inimigo ganhava terreno. Travou-se a luta a arma branca. Ainda uma vez o tenente Facó manda tocar reforço, mas o corneteiro cai fulminado por uma bala. Estabeleceu-se a anarquia e a luta torna-se corporal.

(...) Estavam as coisas neste pé quando inopinadamente recebemos um ataque ao posto de socorro, na retaguarda.

O que se passou, então, é indescritível. Estabeleceu-se o pânico; os feridos que ainda podiam andar corriam espavoridos; os outros gemiam e gritavam pedindo socorro.

Era preciso calma que a angústia do momento reclamava.

E assim a reconhecida astúcia dos fanáticos havia preparado, e executou com vigor, as suas habituais e desagradáveis surpresas às forças expedicionárias de Caraguatá, embora estas tivessem se acautelado com a aplicação de todas as regras táticas adequadas a tão especiais situações. Mais do que o homem, porém, a

natureza do terreno continuava a ser o maior obstáculo à ação militar das forças legais no Contestado.

E Caraguatá, depois dessa peleja de tantos sacrifícios, continuou de pé! (Assumpção, op. cit., p. 269-276).

Essa descrição, tão detalhada quanto extensa, tem como objetivo exemplificar o que já foi dito acerca dos conflitos no *front*, como também amparar a discussão que segue. No que se refere ao já dito, destaca-se a suspeita de “espiões”, na linguagem sertaneja os “bombeiros”, entre as tropas, além dos ataques surpresas, o desconhecimento das matas, a presença dos vaqueanos e seus jagunços e a queixa em relação à topografia do terreno.

Sobre a próxima discussão gostaria de desenvolver aquilo que o oficial acima nomeou de “anarquia na luta”, ou seja, o momento do combate em que as pessoas enfrentam, cara a cara o medo, a morte, o pânico: o instante que a angústia e o pavor substituem a tensão da marcha. Mais do que tentar captar esse momento, pois ele está mais para os traços de um poeta, o desejo é o de refletir sobre as seqüelas da experiência da guerra. Não as implicações que ocorrem em longo prazo, pois isso demandaria um rastreamento da vivência de alguns dos combatentes das forças legais - tarefa impossível para essa pesquisa - mas as conseqüências imediatas, vividas no momento dos combates. As táticas e estratégias, dúvidas e angústias vivenciadas no campo de batalha, enquanto os soldados e oficiais estavam ainda atrelados à obrigação militar de “defesa da ordem e da justiça”. Para tanto, as partes de combate - documentos redigidos no calor da hora - assim como as memórias de oficiais, notícias publicadas nos jornais e inquéritos policiais, como têm sido explorados até o momento são fontes preciosas desde que a elas sejam dirigidos tais questionamentos.

Nos primeiros anos da guerra, principalmente até meados de 1914, como já foi dito, os víveres e munições não abundavam entre as tropas e o descontentamento crescia progressivamente. Essa situação comprometia a própria organização das forças federais em operação, pois diante da privação constantemente reclamada tanto por oficiais quanto pelos soldados, as tropas engendravam novas maneiras de sobrevivência no

campo de batalha, seja através da insubordinação ou da embriaguez, como também com a deserção, o pedido de baixa do exército, suicídios e assassinatos ou mesmo adesão à luta do considerado inimigo.

A deserção era o elemento mais comum entre os descontentes com a situação das forças legais. Muitos soldados e praças abandonavam seu posto fugindo das intempéries da guerra e buscando dissimular seu descontentamento e medo. Saíam de destacamentos do exército no planalto catarinense e rumavam, a passos largos, para o litoral em São Francisco do Sul, boa parte com a intenção de conseguir um navio que os levassem de volta à sua terra. Quando capturados esses soldados eram presos e castigados, sendo obrigados a permanecer na linha de frente.

Mas além de soldados também oficiais buscavam driblar sua permanência no palco do conflito. Num telegrama de 1915, o então comandante geral das forças em operação no Contestado, afirmou:

A boa marcha da Campanha e a própria dignidade do exército me forçam a declarar que muitos dos nossos oficiais, furtando ao rigoroso cumprimento dos seus deveres não querem compreender que só a duras exigências da vida em Campanha lhes justifica a existência social e fogem dos seus corpos mercê das partes de doentes, ou se neles permanecem prejudicam as operações de guerra, apelando para todos os meios de iludir, inclusive a mentira. A direção dessa guerra, por si mesma complexa, agrava-se imensamente pelas dificuldades que a estratégia me crea (sic) na parte relativa ao jogo seguro das forças morais²⁹

Enquanto a deserção era a estratégia mais utilizada pelos soldados, o pedido de baixa alegando problemas de saúde consta entre as mais recorrentes formas de resistência dos oficiais à sua permanência na guerra. Maioria das vezes descontentes com as organizações das tropas, segundo os relatos, maltrapilhas, famintas e doentes, mas também insatisfeitos com o tipo de guerra empreendido contra os sertanejos, muitos abandonavam seus postos.

²⁹Telegrama - Curitiba, 09 de março de 1915. General Setembrino de Carvalho. Arquivo do Exército. Rio de Janeiro.

Carlos Frederico de Mesquita, general nomeado para o comando das operações em março de 1914 e que abandonou o posto em maio do mesmo ano, viria a declarar:

Solicitei também a minha exoneração, por ter concluído, como acima disse, a minha missão, não me competindo mais andar com forças federais à caça de bandidos, como capitão do mato do tempo da escravatura. Aos governos do Paraná e Santa Catarina competem, agora, com suas forças policiais, exterminar os bandidos que aparecerem, limpando, assim, a zona de elementos perniciosos (Soares, op. cit., p. 72).

Além de pedir baixa do exército, dando como finda a atuação das forças federais no Contestado, o general Mesquita ainda arremata: “em parte, a culpa é dos referidos governos, que descuram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a constituir grupos, como o que acabo de aniquilar numa vitória inglória” (idem). Seu descontentamento possivelmente reflete boa parte das motivações que levaram outros oficiais a afastar-se do exército, seja pedindo baixa, seja alegando problemas de saúde.

Dos casos citados ainda falta destacar os soldados que desertavam e aderiam as forças sertanejas, lutando, posteriormente, contra as forças legais. De acordo com Peixoto “Do mesmo modo que jagunços vinham a se incorporar nas forças, alguns prestando excelentes serviços como guias, outros porém pretendendo atraiçoa-las às emboscadas, os redutos eram também o refúgio de alguns soldados que desertavam” (1995^c p. 106). Segundo esse oficial havia entre os sertanejos um sargento do 5^o. regimento que servia de enfermeiro; alguns desertores do 16^o. de infantaria junto ao reduto de Timbozinho que ensinavam o manejo de armas e manobras militares e também o corneteiro do 57^o. de Caçadores em Santa Maria. Esse último além de denunciar os toques de corneta do exército também delatava muitas das posições e intenções das forças militares. Peixoto afirma ainda: “Maus elementos da tropa, porém, ainda não tinham bandeado para os jagunços, só por falta de oportunidade. Alguns degenerados ameaçavam tal proceder quando o castigo disciplinar pesava-lhes rigoroso nos acampamentos” (idem, p. 108).

Medos, mortes, deserções, crimes, embriaguez, estupros, paixões, traições, jogos, dúvidas, fugas, pânicos, mortes sem explicações: são essas algumas palavras que representam a atuação das forças legais na Guerra do Contestado. As partes de combate denunciavam que o dia a dia dos soldados foi marcado por constantes conflitos que lança dúvidas quanto à memória dos heróis constantemente exaltados. Porém, mais que isso, indicam o afloramento das incertezas e temores no *front*.

Imersos como estavam os soldados no primeiro ano de campanha das forças federais, enfrentando a chuva, o frio, o desconhecido, as emboscadas e as histórias mirabolantes acerca dos sertanejos em torno do poder dos santos e monges, não é de se duvidar que muitos pudessem entrar em pânico, fugir ou mesmo aderir às forças adversárias.

A começar porque havia muitas dúvidas quanto a real necessidade da atuação do exército federal nessa campanha, e não menos duvidoso parecia, aos olhos de alguns oficiais, a obrigação de lutar contra sertanejos, por eles considerados vítimas de espertalhões e do descaso político. É o que se evidencia no relato de Soares:

Antes de penetrarmos na zona perigosa, supúnhamos que íamos socorrer uma região opulenta, perfeitamente habitada e trabalhada, cuja vida normal estivesse sofrendo empecilhos, entravada pela horda de sicários que a infestava impunemente.

Nem mais essa ilusão, porém, podia pairar no nosso espírito algumas horas depois de iniciarmos a marcha ofensiva. É que verificamos uma extensão considerável de território, coberta por uma mata espessa e circundada de cenários bravios, perfeitamente inculta, sem uma escola, sem vestígios de trabalho que denunciassessem uma vida regular, sem fator algum de civilização humana, ocupada por uma multidão de sicários e vagabundos contumazes, com fins absolutamente obscuros, dando idéia perfeita dos tempos em que a humanidade jazia em estado selvagem (Soares, op. cit. p.76).

Além da dúvida quanto ao porquê da intervenção federal nessa campanha, possibilitando um certo receio dos militares, havia o não preparo militar de muitos dos soldados, estimulados pelos soldos atrasados, doenças

causadas pelas baixas temperaturas entre os meses de maio a setembro de 1914, fomentando um grande descontentamento dos mesmos.

A estratégia de guerrilha invisível adotada pelos sertanejos era um forte elemento de disseminação de pânico entre as forças legais. A disciplina dos denominados fanáticos contrastava com a irregularidade e indisciplina dos soldados, bastante agravada pelas necessidades que a tropa vinha enfrentando no campo de batalha. Os sertanejos tinham na luta uma força que se firmava na crença da salvação e da interseção dos monges e santos (Espig, 1998). Crenças aliadas também ao conhecimento do terreno e manejo exemplar de armas, principalmente o facão, conferindo-lhes incentivo e força nas refregas.

Após o primeiro contato das forças oficiais com os sertanejos em Caraguatá, onde foram expulsos debaixo de cerrado tiroteio, padecendo alguns soldados e contrariando as expectativas de uma rápida vitória, as narrativas sobre a força dos sertanejos avolumavam. Nos combates de Taquarussú e de Caraguatá as forças legais registraram baixas e ficaram aterrorizadas com a ação fulminante e rápida dos sertanejos. Diziam que eles retalhavam os corpos dos soldados que ficavam no campo de batalha, não resguardando sequer os feridos:

*Contingente do 5º. Regimento de Infantaria.
Em obediência à vossa ordem, fiz...[ilegível] combate em Caraguatá, provavelmente 9 de março de 1914. Saiu em auxílio do pelotão sob o comando do 1º. tenente Edgard Faço e outro pelotão comandado pelo 1º. tenente do 54º. de Caçadores [ilegível] em diferentes pontos da mata fomos encontrando atirados ao solo diversos cadáveres de praças que apresentavam em geral, ferimentos produzidos por armas de fogo e branca; percebemos já à grande distância alguns inimigos que fugiam precipitadamente e ordenamos e fizemos contra os mesmos forte tiroteio, do qual pouco resultado satisfatório podemos alcançar devido a topografia do terreno que muito favoreceu os fugitivos; tendo em vista a grande distância dos mesmos e mais especialmente a topografia do terreno, vimos desde logo que ra impossível, marcharmos ao encalço do inimigo, com o referido 2º. pelotão, pois, procedendo de modo contrário, arriscaríamos a sermos envolvidos, sem poder contar com pronto socorro, prejudicando, provavelmente a marcha das nossas forças e comprometendo o êxito da operação das mesmas. Nestas condições, nos limitamos a reunir os cadáveres dos nossos para, digo, em um só ponto e*

especialmente a procurar minuciosamente os feridos que por ventura houvesse, tarefa esta inútil, pois só existiam cadáveres, ficando evidenciado que o nosso cobarde inimigo não poupavam os feridos, pois os cadáveres em geral achavam-se retalhados à golpes de facão e alguns mutilados.

Pedro Cavalcanti, Capitão comandante³⁰

Os ataques surpresa durante a noite enquanto os soldados marchavam nas matas era um dos componentes que intensificava o pânico entre as tropas. Qualquer movimento era respondido com vivo tiroteio, sendo registrado pelos oficiais um grande dispêndio de munição contra vultos e animais no meio da floresta. Havia também casos de tiros nos colegas, pois enquanto se movimentavam na noite, eram vítimas de seus próprios companheiros na ilusão de estarem fuzilando o adversário. De acordo com Setembrino de Carvalho

O pânico existe, senhores – é verdade incontestável, e uma vez desencadeado, é quase impossível detê-lo, e não cessa senão pelo esgotamento das forças daqueles que o geraram. É também uma verdade, meus camaradas, que na expedição Mesquita, ele esteve prestes a irromper, obrigando o bravo general a abandonar por momentos o seu posto de comando para em pessoa conter os atiradores na linha de ataque, e fazê-la avançar (Peixoto, 1995^a, p. 141).

É bem verdade que tais fatos ganharam mais vulto nos primeiros meses de atuação das forças federais na guerra, o que depõe a favor do argumento de que tais questões se agravavam em momentos de maiores carências físicas e morais das tropas.

Percebendo esse conflito, Setembrino de Carvalho teve que se curvar ante as reivindicações dos soldados. Sabia, esse oficial, que tais reclamações eram justas e, portanto, possuíam legitimidade moral entre as tropas. Diante do caos instalado no campo de operações, coube a ele acalmar os ânimos e dar ordem à desordem, com isso, alimentando, vestindo e equipando o Exército.

Não que a presença do general Setembrino de Carvalho tenha eliminado completamente as tensões existentes no interior das forças, mas

esse oficial percebeu de antemão que sem tais recursos a atuação militar seria inviável. Cuidando de equipar, alimentar e elevar a moral dos soldados e oficiais, ao mesmo tempo que combater as crenças e disseminar a confiança entre as tropas, Setembrino marcou uma nova fase de atuação no conflito: a fase da ofensiva militar que, munida de recursos bélicos e buscando conquistar a simpatia do público através de declarações emocionantes, teve como aliada boa parte da imprensa, políticos e demais interessados no extermínio dos sertanejos. O desfecho foi uma campanha sanguinária que deixou como herança um dos relatos de maior violência e morticínio à história do Brasil.

³⁰ Parte de Combate, março de 1914. Arquivo do Exército. Rio de Janeiro.

3- Os Refrescamentos³¹.

Privando do convívio da tropa, estavam em Rio das Antas com o novo comandante da guarnição, os afamados vaqueanos Salvador “Dente de Ouro” e João Ruas. E que poderia resultar da reunião de tarados, agindo em nome da lei, ao lado das forças legais? Citemos um fato³². Era o dia da República. A chuvarada que caía continuamente, desde dias atrás, avolumara o rio do Peixe que corre marginando a estrada. O comandante, instalado no sobradinho da estação, estava circundado dos monturos de lenha arrumada à guisa de trincheiras e dominava o desalinhavado arranjo das tropas enfileiradas no lamaçal vermelho da estrada. De permeio com a soldadesca, os colonos tratavam das últimas barganhas. Num dos compartimentos da estação dois oficiais jogavam a bisca com o chefe do grupo colonial dissolvido, um estrangeiro tagarela que criticava com ardor a política e a direção das operações. De repente, um vozerio anunciou qualquer anormalidade, e surgiu entre quatro soldados um velho andrajoso, um tipo característico de “fanático”. Empurrado, escadinha acima, o prisioneiro veio à frente do comandante da praça. Em prolongado diálogo, o velho não destoara – trêmulo e suarento, ao mesmo tempo humilde e franco, o desgraçado prestara todos os informes pedidos sobre Santa Maria. Eram as mais cobiçadas notícias. De lá saíra foragido, atravessando quinze dias pelas matas e carreiros furtivos, afirmara o jagunço... As declarações do velho Joaquim foram reduzidas a termo. Revistado com perícia o bombeiro despiu embaraçosamente o que trazia – uma pistola, uma carabina curta, um facão que escondera debaixo das vestes, uma “oração de José Maria” e um relho de rabo de tatu. Uma fita

³¹ Transcrição de um crime cometido pelas forças oficiais, segundo relatado pelo tenente Demerval Peixoto (1995b).

³² O autor foi testemunha.

cor de cinza desbotada, o mísero fanático havia-a guardado arditosamente num dos nauseabundos bolsos do casaco... Era seu mais precioso objeto; e foi logo a fita recortada por um dos presentes.

Vai mostrar a estes homens o caminho do reduto, disse para o velho o capitão. Os homens eram João Ruas e Dente de Ouro. O jagunço percebeu qualquer coisa. Implorou perdão ao comandante e penitenciou-se do crime de ter passado quatro meses em Santa Maria, para onde fora levado por um grupo que o aprisionara quando trabalhava como peão na fazenda dos Corrêas. O velho dizia-se feliz em se ver liberto daqueles transes horríveis que teriam sido seus dias em Santa Maria, onde o ocupavam na carneação do gado, devido a sua idade e a sua incapacidade para as armas.

Dente de Ouro arriscara também várias perguntas, dentre as quais – “que diziam, no reduto de um tal Dente de Ouro”. A resposta do velho foi pronta e sincera: - “seria dia de festa em Santa Maria quando lá chegasse a nova da prisão deste homem que ele só conhecia de nome”.

E depois o velho pediu água. Deram-lhe café com duas setembrinas³³ e recolheram-no a um carro de bagagem, de onde fora depois retirado pelos dois homens. Uma pequena canoa pôs os três personagens na ribanceira oposta do Peixe. O jagunço, então, viu melhor seu destino. Conhecedor da região, não via motivos para conduzirem-no àqueles lados a pretexto de mostrar o caminho dos redutos. Demais, os soldados, pela porta entreaberta do carro em que estivera preso, preveniram-no do que se cogitava... E seguiram os três. Adiante, numa volta, andadas centenas de metros de estrada, o velho, voltando-se para um dos escoltas, disse: - sei que vou morrer – e, pedindo para fazer uma prece, ajoelhou-se fitando o céu religiosamente... Deita-te para morrer, bradou um membro da escolta maquiavélica. O velho ergueu-se, olhou firmemente os dois homens e disse: - um crente morre de pé, João Maria vingar-me-á!...

Não se ouviu o estampido de um tiro; mas, o rio do Peixe, em certo ponto, tingiu-se de sangue tragou um corpo humano que tinha aos pés uma

³³ Denominação que os soldados davam às bolachas que eram distribuídas quando faltava o pão nos acampamentos.

*pedra amarrada e, no pescoço, um intenso golpe seccionando-lhe a carótida...*³⁴

4- A Morte Invade os Sertões.

Cenas como a descrita por Demerval Peixoto eram freqüentes no cotidiano da Guerra do Contestado, principalmente em 1915. Nesse ano as forças federais já haviam vivenciado os horrores da guerra, além de ter destruído alguns redutos e perdido companheiros. Da mesma forma a imprensa, em sintonia com os desejos das elites brasileiras, clamava por justiça aos mortos em combate; criticava as despesas com a guerra; difamava e amaldiçoava o movimento; cobrava um fim honroso para a pátria dando cobertura às práticas de violência contra os sertanejos.

O exército, que buscara não se envolver com a politicagem atuou de forma implacável e violenta contra o movimento. Não conseguindo distinguir os considerados fanáticos, adeptos do movimento, das pessoas não diretamente ligadas à “Santa Irmandade”. As partes de combate, notícias de jornais e relatórios militares da época narram o número interminável de casas incendiadas. No interior das matas por onde passavam, as tropas faziam o reconhecimento do local e deixavam apenas os destroços do que outrora fora o abrigo de família, garantindo com isso o não retorno dos sertanejos às suas habitações após a passagem do exército. Os oficiais perceberam que não bastava varrer todo o território, era necessário limpá-lo por completo, para tanto, a destruição era a medida considerada mais eficaz.

Com essa estratégia, porém, muitos habitantes dos sertões catarinenses viram-se completamente desabrigados, vindo a reclamar junto aos poderes públicos em nota publicada na imprensa:

Faltam casas para alojar os jagunços que se apresentam, pois mesmo no perímetro urbano, pelo

³⁴ Peixoto, v. 2, p. 93-95.

simples fato de se acharem há poucos metros fora das trincheiras, foram todas as casas incendiadas pelas praças que assim procediam alegando serem casas de jagunços quando seus proprietários se acham refugiados nesta praça? (Jornal Folha do Comércio, 14/01/1915).

Conforme a descrição feita por Peixoto sobre o “refrescamento”, o exército atribui aos vaqueanos o serviço de degola aplicado aos sertanejos. Nas narrativas militares essa idéia é tanto quanto consensual, os memorialistas não negam a prática de degolas e de assassinatos, mas atribuem tal prática aos jagunços e vaqueanos incorporados à tropa.

A participação ou conivência do exército não diminui o quadro de horror e barbárie adotado nos sertões catarinenses, mas cabe perguntar: porque tanta violência no campo de batalha? Como explicar a ação sangrenta imposta aos sertanejos, uma vez que o general Setembrino de Carvalho não adotara tal prática contra os fiéis reunidos em torno do Padre Cícero em Juazeiro?

Uma das possibilidades para tal questão é o fato de que lá os revoltosos estavam sob a proteção do padre que por sua vez estava ligado aos interesses de importantes políticos da região. No caso do Contestado, as fontes indicam que o extermínio dos sertanejos atendia principalmente aos interesses dos chefes políticos locais³⁵. A existência do movimento ameaçava seu poderio e credibilidade, mas também, conforme aponta Duglas Teixeira Monteiro (1974), as terras da região passaram a ter valor de mercado com a chegada da Estrada de Ferro *Brazil Railway Company* e sua subsidiária responsável pela colonização e exploração da madeira – a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Ao assassinar as famílias muitos coronéis se apropriavam das terras.

Com isso a ação violenta sobre o movimento pode ser pensada como uma estratégia que atendia principalmente aos interesses tanto politiqueros quanto as ambições econômicas dos coronéis. Isso não dilui, por conseguinte, a participação e a responsabilidade do exército, mesmo

³⁵ “Bastava, contudo, uma vez terminada a ação militar com a queda do Santa Maria. Estava dissolvido o último agregado dos rebeldes. Persegui-los seria então um serviço peculiar aos interessados: - aos coronéis que não queriam perder a hegemonia eleitoral em seus municípios...”. Peixoto, 1995c, p. 169

porque dificilmente essa instituição se prestaria a declarar em público assassinatos e execuções sumárias em campo de batalha. No entanto, indica outros olhares sobre a atuação militar e sua ação no palco da guerra.

A tal ponto a violência foi exercida no *front* que na imprensa da capital federal pipocavam denúncias contra o exército. Denúncias feitas por oficiais e correspondentes da guerra. Em julho de 1915, o general Setembrino viu-se coagido a prestar satisfações sobre tais denúncias, publicando uma resposta de título *O que houve no Contestado*:

Nunca consenti em barbaridades de espécie alguma. Aconselhei sempre que os fanáticos fossem tratados com a maior humanidade. O que houve e deu em resultado essa lenda de fuzilamentos foram casos isolados em que os nossos soldados, para não morrerem, tiveram de matar, mas reagindo em luta.

Eu explico: apareciam-nos de vez em quando diversos indivíduos que se prontificavam a guiar pelotões nossos por determinados caminhos. Sabe o que faziam? Guiavam traiçoeiramente os nossos companheiros, conduzindo-os a emboscadas. Nessa emergência, é bem de ver que os nossos soldados, ao se verem atraçoados, seguravam mesmo, antes de se atracarem com os da emboscada, aquele que os conduzira.

(...) Conheço bem o sentimentalismo brasileiro, mas sem fundamento. Só quem via e sentia o que se passava poderá julgar o que se tinha de fazer com homens que atraitoavam e desenterravam nossos mortos para picá-los e decepá-los! Um pavor! Mas mesmo assim não houve fuzilamentos, salvo se se quiser taxar como tais os atos de nossos soldados, ou responsabilizá-los por eles não se deixarem matar. Enfim, é bom aguardar o meu relatório, onde tudo exponho com minúcia. (Jornal O Estado, 21/07/1915)

Vale destacar ainda que a ação de maior violência contra os sertanejos ocorreu no momento de dissolução do grosso das tropas federais em abril de 1915. Tal fato é marcado pela destruição do reduto de Santa Maria, por alguns nomeado a *meca dos fanáticos*. O comando das operações finais ficou sob a ordem do Coronel Sebastião Basílio Phyrro, nomeado pelo general Setembrino. Esse general também instruiu o catarinense capitão Vieira da Rosa para que perseguisse os remanescentes dos revoltosos conforme indica a informação colhida em Peixoto:

Sr. Capitão Vieira da Rosa – Curitiba – em 6 de abril de 1915.

Em vista de ter sido tomado o reduto de Santa Maria onde a Coluna Sul fez junção com o destacamento capitão Potyguara, tendo o inimigo perdido em combate mais de seiscentos homens e sendo arrasados cinco mil casas, muitas igrejas e ranchos, está terminada a campanha, devendo-se efetuar a perseguição aos fugitivos em todas as direções. Assim deveis aí permanecer, mandando efetuar raids de infantaria, auxiliado pelo piquete civil, que aí existe, em direção de Cima da Serra, e outros pontos onde possam fugitivos aparecer. O inimigo foi completamente destruído. Deveis assumir o comando de toda a força de Curitiba. Nesse sentido telegrafo ao coronel Leitão. Saudações Cordiais. – General Setembrino. Apud Peixoto (1995c), p. 172.

Além de Vieira da Rosa, responsável pelos arredores de Curitiba e Campos Novos, o major Hélio Fernandes coordenava a ação rumo a Canoinhas incumbindo o capitão da Força Pública Catarinense, capitão Euclides de Castro, de tal missão. São Miguel, Pedras Brancas e São Pedro foram os últimos suspiros da organização dos sertanejos liderados por Adeodato Ramos. Entre os meses de julho e agosto de 1916 Adeodato é feito prisioneiro, selando o fim “glorioso” da ação militar contra os “fanáticos”.

Considerações Finais

No dia 30 de julho de 1915 o jornal *O Estado*, publicou uma nota com o título Pró-vítimas do Contestado comentando o empenho de distintas senhoras catarinenses sensibilizadas com o sofrimento dos miseráveis habitantes do interior do Estado, conclamando: “a miséria que enche de desolação a tantos lares, em Canoinhas, em Curitibanos, etc., implora socorro, exige uma esmola par enxugar o pranto, mitigar fundas dores”. Ressalta ainda que um grupo de “senhoritas catarinenses, à iniciativa do talentoso maestro Álvaro Ramos, está organizando um programa de diversões públicas, em benefício das famílias vítimas do banditismo dos sertões” (idem).

Essa nota um tanto quanto intrigante revela uma das facetas da sociedade detentora do capital político e cultural que é de imortalizar-se valendo-se dos destroços que ela mesma ajudou a destruir. Esse poder nos é tão familiar que assusta sua efetividade firmada nas mesmas estratégias há tantos anos.

O ofício do historiador sugere um desmontar dessas armadilhas constantemente armadas entre nós: cidadãos comuns. No caminho que trilhei buscando ressaltar a complexidade na Guerra do Contestado, embora tivesse como foco o cotidiano dos militares no *front*, almejei também relativizar o olhar de superioridade atribuída ao exército e aos seus membros. Com isso, ensaiei questionar os valores presentes na sociedade que delimita os heróis e vilões na história a um simplificado jogo de tensões que dissimula as ambigüidades presentes no cotidiano.

Ao optar por essa vertente busquei aproximar a vivência dos militares à dos sertanejos do Contestado. O que não significa pensar que tiveram, os militares, tratamento igual ao dos sertanejos durante a guerra, mas ao menos partilharem da angústia, do medo e demais mazelas diante das investidas dos sertanejos.

Nesse sentido, procurei partir de uma postura política específica: a inquietação atual com a banalização do conhecimento e das informações diariamente veiculadas.

Uma das dificuldades enfrentadas foi a de pensar o exército diferente do modelo apregoado atualmente, ou seja, no período estudado não era possível imaginar um exército disciplinado e impregnado de uma ideologia militar conforme creditado na atualidade. Por outro lado não daria para se pensar numa força completamente anárquica. Tanto que, apesar dos tropeços, cumpriu a tarefa que lhe fora destinada. Esse espaço complexo encontra num olhar voltado para o cotidiano um lugar especial. Pois a partir de uma análise do dia a dia, das minúcias de um relacionamento, enfim, das malhas do contingente, pode-se construir a esfera do contraditório na história.

Outro elemento importante e não menos complicado que acompanhou as idéias defendidas nesse trabalho foi a preocupação em não pensar a escrita como um amontoado de palavras destituídas de autoridade, de intenções e de sugestões. O discurso, filho e herdeira da palavra, através do espaço privilegiado que ocupa na sociedade ocidental caminha de mãos dadas com os projetos e ações almejados para uma sociedade. Nesse sentido, ao me debruçar sobre os escritos dos memorialistas da guerra, enxergava neles questionamentos e projetos sobre o conflito e sobre a nação.

Por fim, vale destacar que notícias como a citada acima pode nos indicar algumas posturas: uma delas é aceitá-la, pensando na generosidade dos que se preocupam com a dor das vítimas num massacre; outra a de se indignar com a dissimulação de algozes que se fazem de vítimas. Entre essas duas posturas não poderia haver uma terceira margem?

Fontes

01 - Livros e folhetos dos Oficiais Memorialistas da Guerra do Contestado:

- ANTUNES, Ezequiel (Médico da Expedição). *O Contestado entre Paraná e Santa Catarina*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918.
- ASSUMPTÃO, Herculano Teixeira d'. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917, v. 1.
- _____ . *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918, v. 2.
- A Campanha do Contestado. O regresso vitorioso do Sr. Setembrino de Carvalho. *DISCURSOS*. Curitiba, s. ed., 1915.
- CARVALHO, Fernando Setembrino de. *A pacificação do Contestado*. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1916.
- _____ . *Relatório Apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria: Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.
- PEIXOTO, Demerval. *A Campanha do Contestado: raízes da rebeldia. v 1, v 2, v 3*, Curitiba: Fundação Cultural, 1995, (1ª edição de 1920, sob o pseudônimo de Clivelaro Marcial).
- SOARES, J. Pinto. *Guerra em Sertões Brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.
- ROSA, Vieira da. *Reminiscências da Guerra do Contestado: subsídios para a História*. Publicado entre os meses de agosto a outubro de 1918 no Jornal Terra Livre de Florianópolis, gentilmente cedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. (mimeo).

02 - Arquivo do Exército - Rio de Janeiro:

- Partes de combates do ex-Contestado;
- Telegramas do comandante das forças em operação no Contestado para o Ministro da Guerra no Rio de Janeiro entre os anos de 1914-1915;
- Autos de perguntas de outubro a dezembro de 1914 e de janeiro a abril de 1915;
- Acervo fotográfico do exército;

03 - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina:

- Ofícios expedidos e recebidos pelo Presidente do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1910-1917;
- Ofícios expedidos e recebidos pelo Diretor da Secretaria do Interior e Justiça do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1910-1917;
- Ofícios expedidos e recebidos pelo Secretário Geral dos Negócios Públicos do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1910-1917;

04 - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – RJ.

- Arquivo Setembrino de Carvalho (Cartas e telegramas referentes à Guerra do Contestado).

05 - Periódicos:

- *Folha Do Comércio*, Florianópolis, 1912-1916;
- *O Dia*, Florianópolis, 1912-1916;
- *O Imparcial*, Canoinhas-SC, 1915;
- *O Estado*, Florianópolis, 1914-1916;
- *Terra Livre*, Florianópolis, 1918;

Bibliografia

- ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BACZKO, B. *Imaginação Social*. Lisboa: Enciclopédia Einaudi/Casa da Moeda, 1985.
- BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1998.
- BASBAUM, L. *História sincera da república*, v. II, São Paulo: Alfa Omega, 1986.
- BORGES, Vavy P. “História e Política: laços permanentes”. In: *Revista Brasileira de História*, n. 23-24. ANPUH, Marco Zero, v. 18.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As Malhas de Aço do Tecido Social: A Revista “A Defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório*. Niterói: UFF, 1985. (Dissertação de Mestrado em História).
- CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas. In: FAUSTO, B. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 2, t.3. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1990.
- CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHEREM, Rosângela Miranda. *Os Faróis do Tempo Novo: Política e Cultura no Amanhecer Republicano da Capital Catarinense*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado em História).
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Cultrix/MEC, 1975.
- DE DECCA, Edgar. *Quaresma: um relato de massacre republicano*. Campinas, maio de 1996, mimeo.
- EKSTEINS, Modris. *A Sagração da Primavera*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

- FAORO, Raymondo. *Os Donos do Poder*. 9ª ed. São Paulo: Globo, 1992 (2 vol.).
- GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HOLANDA, S. B. de. O Brasil Monárquico. t. II. “Declínio e Queda do Império”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: Difel, 1974.
- _____. S. B. de. *Raízes do Brasil*, 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os Nomes da História: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- _____. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- RÉMOND, R. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. *Que Horas São? (ensaios)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- ZILLY, Berthold. A guerra como painel e espetáculo. A história encenada em “Os Sertões”. In: *Conferência Oficial da 87ª Semana Euclidiana* de 9 a 15 de Agosto de 1999, mimeo.

Bibliografia sobre Guerra do Contestado

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC; 1997.

CABRAL, O. R. *A Campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CAVALCANTI, Walter T. *Guerra do Contestado: verdade histórica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

DERENGOSKI, *Os Rebeldes do Contestado: a saga dos caboclos expulsos pela ferrovia da Southern Lumber Corporation em Santa Catarina e Paraná*. Porto Alegre: Insular, 1987.

_____. *O Desmoronamento do Mundo Jagunço*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1986.

DIACON, T. A. *Capitalists and fanatics: Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Wisconsin. Madison, 1987, mimeo.

ESPIG, Márcia Janete. *A Gesta Carolíngia na Guerra do Contestado*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. (Dissertação de Mestrado em História).

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria dos Excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis: Editora UFRGS/UFSC, 1996.

FELIPPE, Euclides J. *O Último Jagunço: folclore na história da Guerra do Contestado*. Curitiba, SC.: s/ed., 1995.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (ed.). *O Contestado*. Rio de Janeiro: Index, 1987.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas, SP.: Editora da UNICAMP, 1999.

LEMOS, Alfredo de Oliveira. *A História dos Fanáticos em Santa Catarina e Parte de Minha Vida Naqueles Tempos – 1913-1916*. Passo Fundo, RS: Berthier, 1987.

LEMOS, Zélia. *Curitibanos na História do Contestado*. Florianópolis: IOESC, 1983.

- LUZ, Aujor Ávila da. *Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Procura-se Adeodato Ramos*. Florianópolis, 1998, mimeo.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *La “Guerre Sainte” au Brésil: le mouvement messianique du Contestado*. São Paulo: FFCL – USP, 1957.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do Contestado 1912-1916*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1981.
- RODRIGUES, R. R. *Notícias do Front: a imprensa catarinense e sua representação sobre a Guerra do Contestado (1912-1916)*. Florianópolis, 1998. (Relatório Final de Pesquisa PROBIC/UDESC).
- TEIXEIRA MONTEIRO, Duglas . *Os Errantes do Novo Século*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.
- _____ “Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”, In FAUSTO, B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977, vol. 2, p. 39-92.